



COOPERAÇÃO
PORTUGUESA

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento



Ministério
das
Relações
Exteriores

**AVALIAÇÃO CONJUNTA
DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO
PORTUGAL – CABO VERDE
(2008-2011)**

ANEXOS

Equipa de Avaliação:

Maria Manuela Afonso (IPAD/GAAI)

Maria João Magalhães (IPAD/GAAI)

Gracinda Fortes (DNAPEC/MIREX)

Elias Andrade (Embaixada de CV em Lisboa)

Filomena Lopes (Embaixada de CV em Lisboa)

Janeiro 2012

Índice

Anexo 1 – Termos de Referência.....	2
Anexo 2 – Reuniões realizadas e guião das entrevistas	11
Anexo 3 – Questionários implementados.....	18
Anexo 4 – Nível de implementação das recomendações da avaliação anterior	45
Anexo 5 – APD, por Eixo e área de intervenção (2008-2010).....	62
Anexo 6 – Informação de suporte às questões da avaliação	66
Bibliografia	71

Anexo 1 – Termos de Referência

AVALIAÇÃO CONJUNTA DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

PORTUGAL-CABO VERDE (2008-2011)

1. Enquadramento

A Cooperação Portuguesa confronta-se com importantes desafios, resultantes dos contextos nacional e internacional. No plano interno, trata-se do aprofundamento do atual “modelo” apoiado no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”¹ numa altura em que Portugal atravessa dificuldades acrescidas de ordem económica e financeira. No plano externo, resultam dos compromissos assumidos, nomeadamente, no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, de que se destacam a Declaração de Paris (2005) e a Agenda para a Ação de Acra (2008). Nestes dois documentos orientadores da Cooperação para o Desenvolvimento, centrados na Eficácia da Ajuda, são reforçadas a harmonização, o alinhamento e a apropriação numa óptica da gestão centrada nos resultados e da prestação mútua de contas.

A cooperação bilateral entre Portugal e os seus principais parceiros tem sido desenvolvida, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC). Os PIC enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social daqueles países.

No que respeita a Cabo Verde, o PIC 2008-2011, centrou-se em 4 eixos prioritários: (i) boa governação, participação e democracia; (ii) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; (iii) *cluster* da cooperação; (iv) apoio ao orçamento. Embora se registem avanços muito positivos no seu crescimento e na melhoria dos indicadores sociais, continua a ter um alto índice de vulnerabilidade e uma taxa de pobreza elevada. Outrossim, a passagem do estatuto de País Menos Avançado (PMA) para País de Rendimento Médio, em 2008, representa um desafio com que o país se confronta não alterando, no entanto, esta nova situação as necessidades de financiamento do seu desenvolvimento.

No quadro da cooperação internacional merece relevo a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia (UE), adoptada em Novembro de 2007, tendo como base um diálogo permanente sobre a evolução do país e a introdução de novas dimensões no relacionamento com a UE.

¹ Publicado no Diário da República, em 22 de Dezembro de 2005 (Resolução do Conselho de Ministros 196/2005).

2. Finalidade da Avaliação

Dado o período de vigência do PIC terminar no final de 2011 e conforme está nele inscrito, torna-se necessário proceder à sua avaliação, cujos objetivos genéricos são:

- Conhecer o desempenho da Cooperação Portuguesa e das suas características específicas com Cabo Verde, tendo subjacente o âmbito da avaliação;
- Fornecer informação relevante sobre a programação e implementação das intervenções;
- Aferir a eficácia do “modelo” da Cooperação Portuguesa, numa dupla responsabilidade, tanto do doador como do parceiro;
- Formular recomendações, fornecendo desse modo aos Governos Português e Cabo-Verdiano uma base para decidirem sobre possíveis mudanças ou adaptação da estratégia, programa e sectores de intervenção da cooperação entre os dois Estados.

A avaliação tem como objetivos específicos:

- Apreciar a coerência do PIC e sua consistência com a Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de Cabo Verde;
- Apreciar o grau de cumprimento dos resultados esperados;
- Identificar eventuais ajustamentos dos projetos, tendo em atenção os resultados e os efeitos pretendidos;
- Analisar o contributo da Cooperação Portuguesa para o reforço de capacidades, tendo em atenção a sustentabilidade dos projetos e programas;
- Identificar constrangimentos e propor formas de os superar no quadro da elaboração do novo ciclo de programação.

Objeto e Âmbito da Avaliação

A presente avaliação tem como objeto o Programa Indicativo de Cooperação para o quadriénio 2008-2011, conforme foi estabelecido no Memorando de Entendimento assinado entre os Governos dos dois países em janeiro de 2008, com um montante indicativo de 70 milhões de euros, centrado em 4 eixos prioritários: (i) boa governação, participação e democracia; (ii) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; (iii) *cluster* da cooperação; (iv) apoio ao orçamento.

O âmbito da avaliação inclui as intervenções da Cooperação Portuguesa implementadas em Cabo Verde integradas nos eixos, nomeadamente, (i) educação/ensino superior, (ii) saúde, (iii) infraestruturas e (iv) *cluster*.

Ainda neste ponto, poderão ser analisados os projetos da cooperação não-governamental que se enquadrem nas matérias em avaliação cujos resultados tenham contribuído para a execução dos objetivos fixados pelo PIC.

4. Questões da Avaliação

A avaliação será organizada à volta de um conjunto de 8 questões específicas, podendo cada uma delas abordar mais do que um critério de avaliação:

1. Em que medida a implementação das intervenções foi consentânea com o PIC?
2. Em que medida as prioridades do PIC contribuíram para o alcançar dos objetivos da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (ECRP) de Cabo Verde?
3. Tendo em conta as ações da Cooperação Portuguesa em algumas áreas, que efeitos foram observados (sectoriais e/ou nacionais), resultantes dos programas de cooperação?
4. Em que medida o apoio português ao sector da Educação, através do Ensino Superior, contribuiu para uma maior consolidação do sistema de ensino e da capacitação institucional de Cabo Verde?
5. Em que aspetos o *Cluster* da Cooperação, uma intervenção assente em novas tecnologias, se diferenciou dos instrumentos tradicionais da Cooperação Portuguesa?
6. Em que medida o apoio português à criação de infraestruturas, nomeadamente através de linhas de crédito concessionais, contribuiu para a melhoria das condições de vida dos beneficiários?
7. Em que medida a cooperação bi-multi/cooperação triangular desenvolvida por Portugal ao longo do período de vigência do PIC contribuíram para a harmonização e o diálogo com os outros doadores?
8. As intervenções têm identificado o risco e formas de o minimizar?

5. Metodologia

A avaliação conjunta, com as autoridades cabo-verdianas, deverá realizar-se de acordo com os princípios orientadores reconhecidos ao nível internacional, nomeadamente os da Declaração de Paris, CAD/OCDE e UE. Incluirá um estudo documental realizado em Lisboa, entrevistas com as entidades envolvidas em Portugal e em Cabo Verde e visitas a atividades selecionadas naquele país africano. Os principais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como as autoridades cabo-verdianas envolvidas) deverão participar ativamente no planeamento e execução da avaliação nomeadamente na

participação em *workshops*, quando considerado necessário. A parte cabo-verdiana deverá ser assegurada por representante(s) do MNE de Cabo Verde.

5.1. Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação são os seguintes:

- Relevância (em que medida os objetivos das intervenções de desenvolvimento são consistentes com as necessidades dos beneficiários e do país parceiro, bem como com as políticas do parceiro e do doador);
- Eficácia (em que medida os objetivos das intervenções de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa);
- Eficiência (medida segundo a qual os recursos - fundos, peritos, tempo, etc. - são convertidos em resultados da forma mais económica);
- Sustentabilidade (em que medida os benefícios são suscetíveis de perdurar após o final do financiamento do doador);
- Coordenação e complementaridade (como é feita a articulação entre os diferentes atores do desenvolvimento de modo a evitar sobreposições, potenciando sinergias com o parceiro e com outros doadores);
- Efeitos (que consequências é possível identificar, do ponto de vista técnico, económico, sociocultural, institucional e ambiental, induzidos pelas intervenções de desenvolvimento, direta ou indiretamente, previstos ou não).

Para se avaliar segundo os referidos critérios será elaborada uma matriz que relaciona as perguntas da avaliação com estes critérios. Será, ainda, analisado o nível de implementação das recomendações da avaliação anterior.

6. Fases da Avaliação

A avaliação inclui três fases:

- Fase 1: Trabalho de Gabinete
A fase de trabalho de gabinete consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em questão que possa ser obtida, quer no IPAD e nos Ministérios sectoriais, quer através de entrevistas com representantes dos atores portugueses envolvidos.
- Fase 2: Trabalho de Campo

A fase de trabalho de campo deverá confirmar ou infirmar as conclusões obtidas na fase de gabinete, aprofundar alguns aspetos previamente identificados, bem como ponderar e analisar outros que venham a ser levantados face à realidade encontrada no terreno. Deverão ser coligidos dados que consubstanciem o relatório final, nomeadamente recorrendo a entrevistas com os responsáveis pelas diversas atividades (p. e., consultores, representantes dos ministérios, autoridades locais e comunidades, instituições, investigadores e doadores mais relevantes).

- Fase 3: Relatório Final

O relatório final (conteúdo indicativo no Anexo 1) deverá conter uma apreciação da implementação do PIC, dos resultados alcançados e dos efeitos produzidos ao longo do período em análise, bem como as recomendações para a programação do novo PIC.

A versão preliminar deste relatório deverá ser apresentada e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

7. Plano de Trabalho

A avaliação decorrerá em 2011, com o seguinte calendário:

- Fase documental até Outubro;
- Trabalho de campo em meados de Novembro;
- Relatório final (*draft*) em final de Dezembro de 2011;
- Versão final do relatório em Janeiro 2012

8. Composição da Equipa

A avaliação conjunta será realizada por uma equipa mista com a seguinte composição:

- 2 técnicos do Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna do IPAD;
- 1 representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde;
- 2 técnicos da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa.

ANEXO 1

Conteúdo indicativo do relatório final de avaliação

Sem prejuízo de uma estrutura detalhada do relatório, a ser discutida durante o processo de avaliação, tendo em conta as especificidades desta avaliação, o relatório final deverá conter os seguintes pontos:

- **Sumário executivo** – em português e inglês
- **Introdução e enquadramento** – breve referência à avaliação, âmbito, objetivos, questões, metodologia de avaliação e suas limitações.
- **Contexto da cooperação** – objetivos da cooperação portuguesa, situação política e económica de Cabo Verde, programas regionais e/ou de outros doadores se relevante.
- **A cooperação portuguesa com Cabo Verde** – descrição dos principais objetivos e prioridades, implementação e lógica de intervenção.
- **As questões da avaliação** – Análise das questões e dos critérios da avaliação
- **Apreciação global** – apreciação feita com base nos resultados das questões da avaliação.
- **Conclusões**
- **Recomendações** – as recomendações devem estar em estreita articulação com as conclusões e devem ser hierarquizadas.
- **Anexos** – os anexos poderão incluir: metodologia, critérios de apreciação, listagem das intervenções da cooperação portuguesa, lista das pessoas e entidades contactadas, lista de documentação consultada, TdR, bem como outra informação factual usada na avaliação ou quadro (por exemplo, os quadros com indicadores económicos e sociais ou os indicadores dos ODM).

O Relatório Final não deverá exceder as 40/50 páginas, excluindo os Anexos e o Sumário Executivo.

Matriz para a Avaliação do PIC Portugal / Cabo Verde (2008-2011)

Questões da Avaliação	Perguntas	Critérios					
		Relevância	Eficácia	Eficiência	Sustentabilidade	Efeitos	Coordenação/ Complementaridade
1. Em que medida a implementação das intervenções foi consentânea com o PIC?	Q. 1. As atividades identificadas nas intervenções são as mais adequadas para se atingirem os objetivos?	X					
	Q. 2. As atividades implementadas são consideradas úteis pelos beneficiários finais das intervenções?	X					
	Q. 3. As intervenções estão em linha com as prioridades identificadas no PIC?	X					
2. Em que medida as prioridades do PIC contribuíram para o alcançar dos objetivos da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (ECRP) de Cabo Verde?	Q. 4. As atividades realizadas correspondem ao programado?		X				
	Q. 5. Razões para o caso de ter havido reprogramação.		X				
	Q. 6. Essa reprogramação trouxe benefícios?		X				
	Q. 7. Existem indicadores identificados e metas bem definidas que permitam realizar o acompanhamento?		X				
3. Tendo em conta as ações da CP em algumas áreas, que efeitos foram observados (sectoriais e/ou nacionais), resultantes dos programas de cooperação?	Q. 8. Os resultados previstos foram alcançados?		X				
	Q. 9. Quais as razões para que esses resultados não tenham sido alcançados?		X				
	Q. 10. Verificaram-se atrasos na execução das atividades? Razões.			X			
	Q. 11. A gestão do programa foi adequada? Razões.			X			



Questões da Avaliação	Perguntas	Critérios					
		Relevância	Eficácia	Eficiência	Sustentabilidade	Efeitos	Coordenação/ Complementaridade
	Q. 12. Os recursos disponibilizados foram suficientes e em tempo?			X			
	Q. 13. Houve desperdícios na utilização dos recursos?			X			
	Q. 14. Foi possível comparar os custos da intervenção com os custos de intervenções semelhantes? E entre atividades semelhantes dentro da mesma intervenção?			X			
4. Em que medida o apoio português ao sector da Educação, através do Ensino Superior, contribuiu para uma maior consolidação do sistema de ensino e da capacitação institucional de CV?	Q. 15. Após o final do financiamento da Cooperação Portuguesa, a intervenção conseguirá os recursos necessários?				X		
	Q.16. Existe capacidade para manter e utilizar os equipamentos disponibilizados pela intervenção?				X		
	Q. 17. É possível afirmar que houve transferência de conhecimento / competências?				X		
	Q. 18. Em resultado das intervenções, as condições de vida dos beneficiários finais sofreram alguma alteração?					X	
5. Em que aspetos o Cluster da Cooperação, uma intervenção assente em novas tecnologias, se diferenciou dos instrumentos tradicionais da Cooperação Portuguesa?	Q. 19. Que efeitos colaterais teve esta intervenção na comunidade em geral?					X	
	Q. 20. Há outros doadores a intervir na mesma área?						X
6. Em que medida o apoio português à criação de infraestruturas, nomeadamente através de linhas de	Q. 21. Há sinergias (hipótese de parcerias) entre as intervenções dos vários doadores?						X

Questões da Avaliação	Perguntas	Critérios					
		Relevância	Eficácia	Eficiência	Sustentabilidade	Efeitos	Coordenação/ Complementaridade
crédito concessionais, contribuiu para a melhoria das condições de vida dos beneficiários?	Q. 22. De que forma é feita a articulação entre doadores?						X
	Q. 23. Que papel desempenha a Embaixada PT na articulação e acompanhamento das intervenções?						X
	Q. 24. Há coordenação/articulação entre as várias intervenções da CP?						X
7. Em que medida a cooperação bi-multi/cooperação triangular desenvolvida por Portugal ao longo do período de vigência do PIC contribuíram para a harmonização e o diálogo com os outros doadores?	Q. 25. De que forma é feita a coordenação entre a intervenção e os responsáveis locais?						X
	Q. 26. Quais as fontes de financiamento e quais os compromissos assumidos pelas partes?						X
	Q. 27. Em que medida as recomendações de avaliações anteriores foram tidas em consideração aquando da preparação do PIC e da implementação das intervenções?						
	Q. 28. Quais os aspetos positivos a realçar?						
	Q. 29. Identifique os principais constrangimentos exteriores (contexto) à intervenção/atividades						
8. As intervenções têm identificado o risco e formas de o minimizar?	Q. 30. De que forma a identificação e minimização do risco foi tida em conta na implementação das intervenções?						

Anexo 2 – Reuniões realizadas e guião das entrevistas

Reuniões em Lisboa

Dia e Hora	Entidade	Local
17 Outubro		
10:00	IPAD - Vice-Presidente: Manuel de Jesus - Chefe de divisão DCG: Luis Castelo Branco - Técnico superior da DAF II – Orlando Maciel	IPAD
19 Outubro		
14:30	Universidade de Aveiro - Carlos Sangreman	IPAD
25 Outubro		
10:00	MSSS - Teresa Requejo - Olga Henriques - Chorão da Costa - Joana Henriques	MSSS
26 Outubro		
10:30	MFAP - Rosa Caetano - Carlos Figueiredo	MFAP
28 Outubro		
10:00	Sector da Segurança - MAI – Liliana Raminhos - MJ – Joaquim Gonçalves	IPAD
07 Novembro		
14:00	Instituto Camões - Maria de Jesus Filipe	IPAD
16 Novembro		
14:00	IEFP - Vice-presidente - Alexandre Rosa - Responsável pela cooperação CV - Sofia Ventura	IPAD
18 Novembro		
10:00	Assessoria ao Ensino Superior - Pedro Lourtie	IPAD
3 Janeiro		
10:00	TESE - João Rabaça - Maria Piedade Coruche	IPAD

Reuniões em Cabo Verde

Dia e Hora	Entidade	Local
21 Nov. – 2ª feira		
09:00 – 11:00	Serviços de Cooperação - António Machado - Irina Pais	Embaixada
11:00 – 12:00	DNAPEC - Jaqueline Ferreira - Gracinda Fortes - Pedro Moeda	DNAPEC
Almoço		
14:30 – 16:00	Sector de Segurança – parte portuguesa - Adido de Defesa – Nuno Rocha - Oficial Ligação MAI – Jorge Maurício - Oficial de Ligação SEF – Fátima Grilo	Embaixada
16:00 – 17:30	Sector da segurança – parte cabo-verdiana - DGMAI – José Henrique - DGSPRS – Fidel Tavares - Justiça – Jorge Borges	MIREX
22 Nov. – 3ª feira		
08:00 – 13:00	Visitas ao terreno: - Centro de E. e F. Profissional da Variante - Centro de E. e F. Profissional Pedra Badejo + Residência - Centro Acolhimento Assomada - Centro de E. e F. Profissional Assomada	
Almoço		
14:30 – 17:00	Formação Profissional e Protecção Social - Administrador IEFP – Vargas Melo - DG Emprego – Olavo Delgado - DGSS – Ermelinda Tavares - Presid. ICCA – Marilena Baessa; Olívia Antunes	MIREX
23 Nov. – 4ª feira		
08:30 – 09:30	NOSI - Jorge Lopes - Eneida	NOSI
10:45	Partida para a Ilha do Fogo	
12:00	Centro de Dia de S. Filipe	
12:45	Habitação Social	
13:50	Centro de Formação Profissional do Fogo/Brava	
17:40	Chegada da Ilha do Fogo	
24 Nov. – 5ª feira		
08:00 – 10:00	Ministério das Finanças (Director Nacional do Planeamento; Unidade de Coordenação das Reformas) – PICATFin: - Coordenadora PICATFin – Miriam Lima - Jessica Sancha - Emanuel Moreira - Renato Fernandes - Alfândegas – Marino Andrade	Ministério das Finanças



	- Fernando Andrade	
10:30 – 11:30	DGESC - Arnaldo Brito - Paulo Carvalho - Osvaldino Monteiro	Embaixada
11:30 – 12:00	CCV - Raquel	CCV
12:10 – 13:00	Visitas projeto CAMPO - Teresa Santos	CAMPO
Almoço		
15:00 – 16:00	PJ - Director da PJ – Carlos A. Reis	PJ
16:30 – 17:30	Plataforma das ONG - Presidente – Avelino Bonifácio - Irene Pereira, Ana Silva	Embaixada
25 Nov. – 6ª feira		
09:00 – 10:30	Outros Doadores - Deleg. UE – Frank Hess - Espanha – Luca Bernasconi - França – Paulo Pais - Luxemburgo – Celeste Monteiro / Terry Lepac - Nações Unidas – Narjesse	
11:00 – 12:00	Ministério da Educação e Desportos - DGPOG – Pedro Brito - DGEBS – Cláudia Silva - DEPC – Domingas Fernandes	Ministério da Educação
12:00- 13:00	Adido Cultural – João Neves	Embaixada
Almoço		
14:00-16:00	Uni-CV - Reitor – Paulino Fortes - Albino Silva - Elisabete Coutinho - Adriana Carvalho - Salvador Moniz	Uni-CV
16:15 – 17:00	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros	MIREX
18:00 – 19:00	Director Nacional do Planeamento - Sandro de Brito - Carlos Furtado	Ministério das Finanças

Presenças no Workshop final realizado em Lisboa – 22 de Fevereiro 2012

Nome	Instituição
Ana Correia	IPAD
Carlos Figueiredo	MF/GPEARl
Elias Andrade	Embaixada de Cabo Verde
Filomena Lopes	Embaixada de Cabo Verde
Francisco Chorão da Costa	MSSS/GEP
Inês Queiroz de Barros	IPAD
Joaquim Gonçalves	MJ/DGPJ
Joaquim Neves	IPAD
Luis Castelo Branco	IPAD
Manuel Orlando Maciel	IPAD
Manuela Afonso	IPAD
Manuela Dias	IPAD
Maria de Jesus Filipe	Instituto Camões
Maria João Magalhães	IPAD
Mário Ribeiro	IPAD
Pedro Amaral	IPAD
Rui Costa	MAI/DGAI
Sara Santos	IPAD
Sofia Ventura	IEFP

Guião das Entrevistas

- Guião de entrevistas IPAD

1. Planeamento/programação

- 1.1. Como foi elaborado o PIC? Quem foi envolvido?
- 1.2. Como foi assegurada a complementaridade?

2. Acompanhamento do PIC

- 2.1. Como foi feito o acompanhamento (o documento do PIC refere um sistema de acompanhamento)?
- 2.2. Com base em que indicadores?
- 2.3. Quantas reuniões de coordenação foram realizadas por ano? Com quem?
- 2.4. Como foi promovida a coordenação entre os diversos atores da CP?
- 2.5. Como foi promovida a coordenação e a complementaridade com outros doadores?
- 2.6. Qual o papel da Embaixada?

3. Implementação do PIC

- 3.1. O PIC foi implementado como planeado?
- 3.2. Houve alterações? Porquê?
- 3.3. Os resultados (outputs) foram alcançados? Há relatórios sobre isso? Se não porquê?
- 3.4. Há divisão de tarefas? Quem faz o quê?
- 3.5. Como foi assegurada a complementaridade das intervenções?
- 3.6. Porquê um extra-PIC?
- 3.7. Áreas em que não houve execução? Porquê? (Administração Pública??)

4. Implementação das intervenções

- 4.1. Como nascem as intervenções?
- 4.2. Como foi feita a gestão e implementação? Que responsabilidades para CV?
- 4.3. Intervenções com melhores resultados e efeitos?
- 4.4. E com menores resultados/efeitos? Porquê?
- 4.5. Qual o papel da Embaixada?
- 4.6. Há relatórios de fecho de projetos? Têm um formato uniformizado?

5. Análise por Eixo

Eixo I

CTP; CTM; Justiça; CAMPO; PICATFin

5.1. Que articulação/coerência no sector da segurança? Quem a promove e onde? Há reuniões regulares?

5.2 Que articulação com o pilar segurança e estabilidade da parceria especial com a UE?

5.3 CAMPO – como é feita a coordenação com a CE? E com CV?

Eixo II

Educação – ensino superior (UNI-CV: mestrados, mobilidade de docentes e assessoria); bolsas; centro de língua portuguesa):

5.4 Que articulação e complementaridade entre programas? Quem faz? Como?

5.5 Formação Profissional

5.6 Saúde - Hemodiálise

Cluster

5.7 Qual a estratégia subjacente à mudança de uma abordagem geográfica para uma abordagem temática?

5.8 Como é feita a coordenação? Quem faz o quê?

5.9 Como é promovida a coerência entre as diversas intervenções do cluster?

5.9.1 Morabeza?

Outros

5.10 Apoio ao orçamento

5.11 Linhas de crédito – áreas mais utilizadas? Ponto de situação quanto à habitação social?

5.12 Parceria UE-CV

5.13 DIAS

Outros aspetos

5.14 Que balanço das “abordagens inovadoras”

- Centro Comum de Vistos; Cluster, Apoio ao Orçamento, CAMPO/CE, Apoio ao Orçamento; energias renováveis, INOV (contacto e mundus), ...?

5.15 Cluster do Mar – referido na I Cimeira luso-cabo-verdiana

5.16 Onde apostar no futuro e porquê?

5.17 O que deve melhorar no futuro?

5.18 Quem ouvir em Lisboa e no terreno?

GUIÃO – MINISTÉRIOS SECTORIAIS

1. Elaboração do PIC – como foram envolvidos? Como foi a articulação com o IPAD?
2. Como surgiram as intervenções? Quem propôs?
3. Como escolheram as modalidades e instrumentos de cooperação?
4. Houve alterações à programação durante o período de vigência do PIC? Porquê?
5. Durante a implementação:
 - a. Como foi feita a articulação com o IPAD?
 - b. Com outros atores da cooperação portuguesa?
 - c. Com as autoridades cabo-verdianas?
 - d. Com outros doadores?
6. Os objetivos foram atingidos? Que resultados relativamente ao programado?
7. Como foi/é feito o processo de implementação / gestão? Qual o envolvimento dos parceiros cabo-verdianos?
8. O que é preciso melhorar no futuro? Porquê?

Anexo 3 – Questionários implementados

Sectores, amostra

Foram implementados inquéritos por questionário aos beneficiários diretos das seguintes intervenções: (i) PICATFin; (ii) CTP; (iii) Justiça e (iv) Mestrados.

Foi feito o levantamento do universo de formandos de cada área de intervenção de definida uma amostra aleatória. No PICATFin foi feita definida uma amostra estratificada, dada a grande variação do universo de formandos em cada área específica. Nos mestrados tentou-se inquirir todo o universo (Quadro 1). Foi, ainda, solicitada a resposta aos dirigentes dos serviços que beneficiaram das ações de formação.

Quadro 1 – Nível de implementação dos questionários

Área de intervenção	Universo	Amostra	Resposta	%
PICATFin	Alfândegas – 84	58		0
	Impostos – 62	45		0
	Área de estudos e estratégia – 12	12		0
	Tesouro (formação on-job)	N d	2	-
	IGF – 66	46	1	2.2
CTP	208	126	53 formandos 10 dirigentes	50
Justiça (PJ)	115	63	0	0
Justiça (reinserção social)	N d	-	1 formando 1 dirigente	
Mestrados	Agronomia – 13	-	5	38.5
	Sistemas de Informação – 16	-	8	50.0
	Matemática – 7	-	0	0

Tratamento dos questionários

Anexo 3A – PICATFin

Responderam apenas três pessoas. Dada a falta de representatividade da amostra, não se procedeu à análise dos dados.

Anexo 3B – Cooperação Técnico-policial

A Características da amostra

A1. Dirigentes

- Características da amostra

Sexo			Idade		
			Nº	%	
Masculino	Nº	%	25-30	2	20
	10	100	31-35	2	20
			41-45	2	20
			46-50	3	30
			51-55	1	10
			Total	10	100

Resultados dos questionários

	Relevância da formação					
	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação foi relevante para o trabalho/funções dos técnicos	10	2	5	3,70	3,50	1,06
A formação foi relevante para as necessidades da Instituição	10	3	5	4,20	4,00	0,79
A formação foi relevante para as necessidades do país	10	3	5	4,11	4,00	0,78

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

	Utilidade da Formação					
	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Os objetivos da formação responderam às necessidades da Instituição	10	3	5	3,33	3,00	0,71
A formação centrou-se naquilo que o serviço precisava	10	2	5	3,11	3,00	0,78
A formação proporcionou informação útil para o serviço	10	2	5	3,30	3,00	0,95
Os técnicos utilizam os conhecimentos adquiridos	10	2	4	3,20	3,00	0,63
A formação pode ser útil para funções futuras	10	2	5	3,40	3,00	0,84

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente



Benefícios da formação

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação melhorou o desempenho dos técnicos	10	3	5	3,50	3,00	0,71
Os técnicos adquiriram novos conhecimentos	10	3	5	3,60	3,50	0,70
A formação permitiu-lhes desempenhar novas tarefas	10	3	4	3,33	3,00	0,50
A formação facilitou-lhes a progressão na carreira	10	2	3	2,50	2,50	0,55
A formação ajudou a melhorar o desempenho da instituição	10	3	5	3,70	4,00	0,67
A qualidade do serviço prestado melhorou	10	3	4	3,56	4,00	0,53
A imagem externa da Instituição melhorou	10	3	5	3,78	4,00	0,83

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Relevância e utilidade dos equipamentos/materiais fornecidos

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Os equipamentos/materiais são adequados às necessidades	10	3	5	3,67	3,00	1,03
Os equipamentos/materiais corresponderam ao solicitado	10	3	5	3,80	4,00	0,84
Os equipamentos/materiais são utilizados	10	3	5	3,50	3,00	0,84
Os equipamentos/materiais aumentaram a produtividade do serviço	10	2	5	3,60	3,00	1,34
Os equipamentos/materiais criaram novas necessidades	10	3	5	3,50	3,00	0,84
Os equipamentos/materiais aumentaram a dependência relativamente à Cooperação Portuguesa	10	3	5	3,67	3,00	1,03

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

É necessária mais formação?

	Nº	%
Sim	10	100

Entre 2008 e 2011, a Instituição beneficiou de formação de outros parceiros de cooperação?

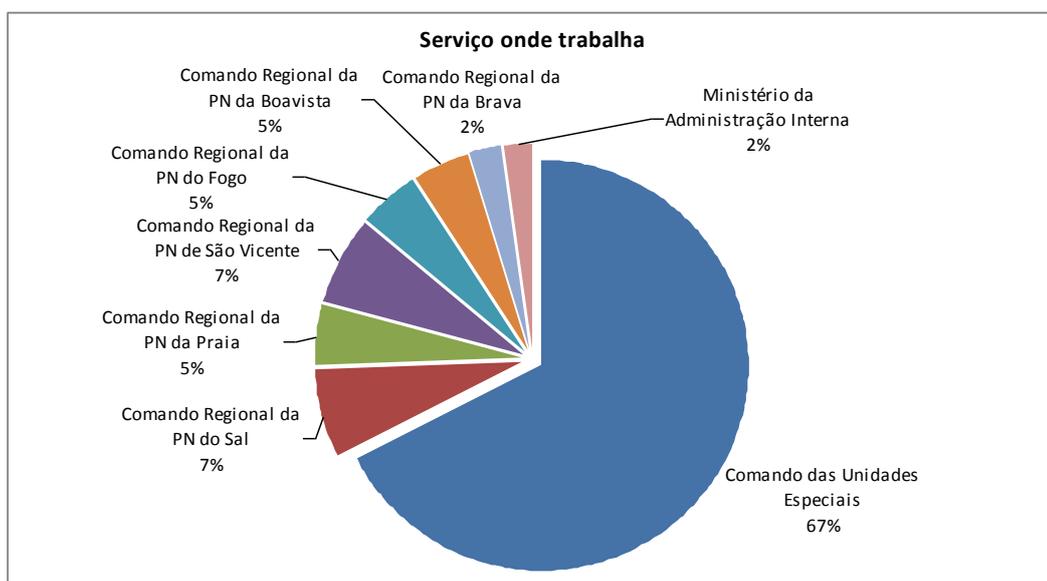
	Nº	%
Sim	7	70
Não	1	10
NS/NR	2	20
Total	10	100



A2. Formandos

Caraterísticas da Amostra

Sexo			Idade		
	Nº	%		Nº	%
Masculino	51	96,2	25-30	20	37,7
Feminino	1	1,9	31-35	13	24,5
NS/NR	1	1,9	36-40	10	18,9
Total	53	100	41-45	5	9,4
			51-55	4	7,5
			NS/NR	1	1,9
			Total	53	100



Resultados dos questionários

Parte I

Relevância da formação

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação foi relevante para as funções que desempenha	53	2	5	3,79	4,00	0,89
A formação foi relevante para as necessidades do serviço	53	2	5	3,80	4,00	0,93
A formação foi relevante para as necessidades do Ministério	53	2	5	4,00	4,00	0,97

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Utilidade da Formação

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação proporcionou-lhe novos conhecimentos	53	3	5	4,35	4,00	0,72
A formação proporcionou-lhe informação útil	53	3	5	4,08	4,00	0,79
A formação foi a mais adequada para o exercício das suas funções	53	2	5	3,74	4,00	0,96
A formação pode ser útil para funções futuras	53	3	5	4,25	5,00	0,87
A formação respondeu, de facto, às necessidades do serviço	53	2	5	3,77	4,00	0,83

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Qualidade da avaliação

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Globalmente a formação teve qualidade	53	3	5	4,08	4,00	0,84
Os métodos utilizados foram os mais adequados	53	2	5	3,89	4,00	0,83
Os formadores tinham bons conhecimentos sobre a matéria	53	3	5	4,22	4,00	0,80
Os conteúdos foram adaptados à realidade cabo-verdiana	53	2	5	3,78	4,00	0,83

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Benefícios pessoais

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação ajudou-o a melhorar o seu desempenho pessoal	53	3	5	4,00	4,00	0,83
A formação permitiu-lhe desempenhar novas tarefas	53	1	5	3,63	3,00	1,00
A formação ajudou-o a progredir na carreira	53	1	5	2,93	3,00	1,06
A formação deu-lhe novos conhecimentos	53	3	5	4,18	4,50	0,90
Aplica os novos conhecimentos no seu trabalho diário	53	2	5	3,92	4,00	0,84



1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Benefícios institucionais

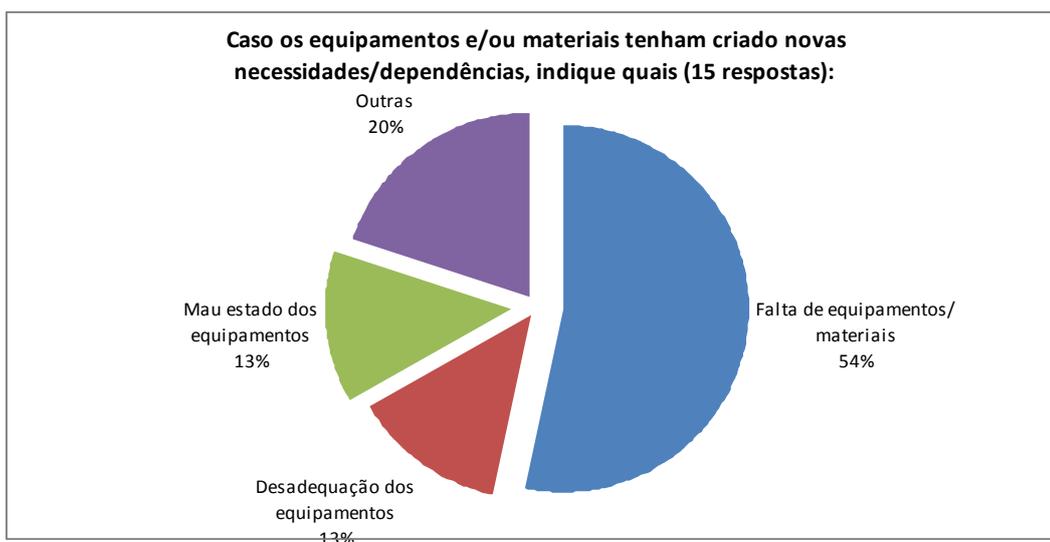
	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
A formação ajudou a melhorar o desempenho da sua Instituição	53	3	5	3,78	4,00	0,76
A qualidade do serviço prestado pela sua instituição melhorou	53	3	5	3,73	4,00	0,73
A imagem externa da sua Instituição melhorou	53	3	5	3,74	4,00	0,75

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente

Relevância e utilidade dos equipamentos/materiais fornecidos

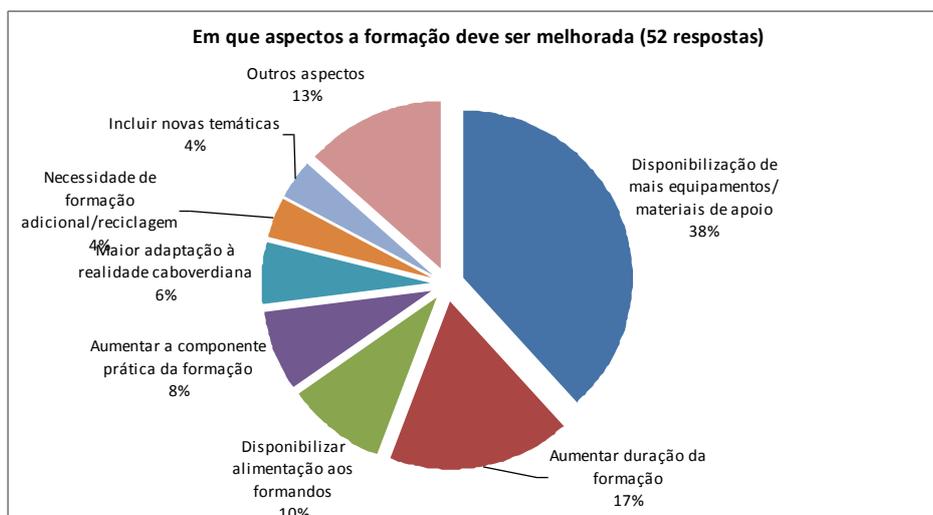
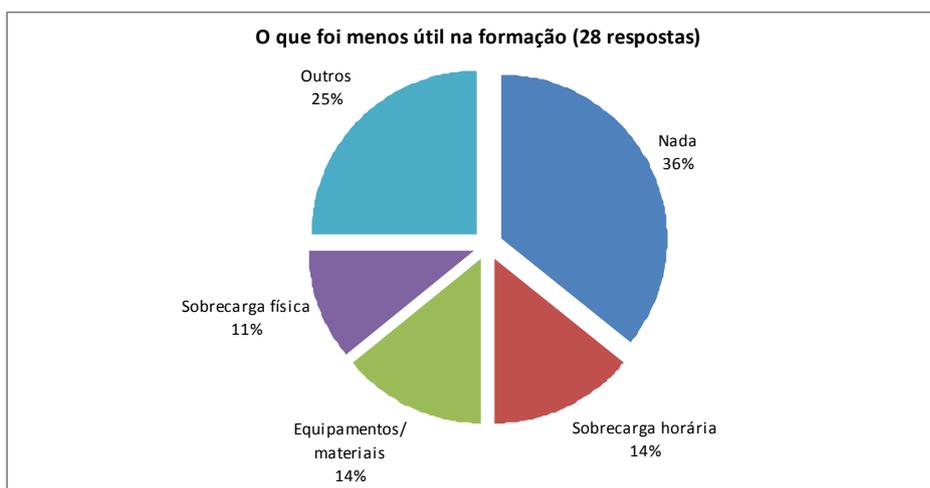
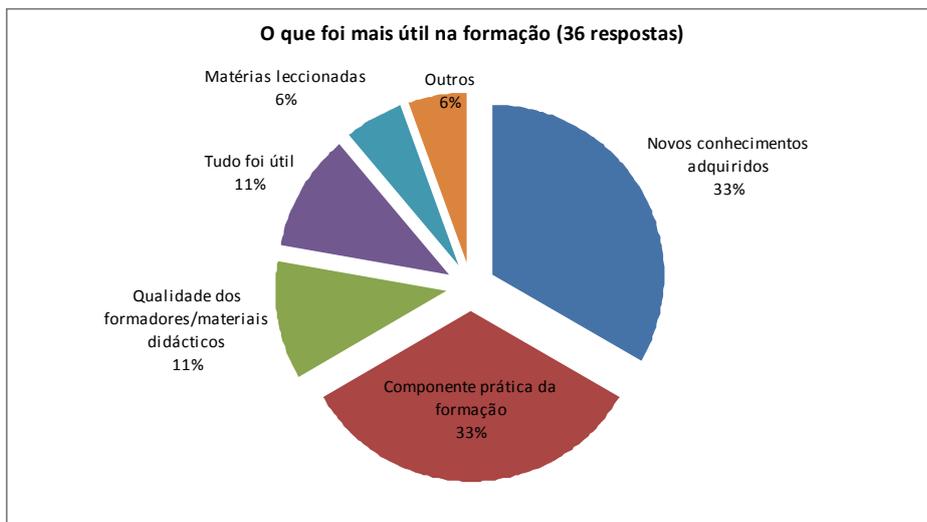
	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Os equipamentos/materiais corresponderam ao solicitado	53	2	4	2,87	3,00	0,52
Os equipamentos/materiais são adequados às necessidades	53	2	5	2,98	3,00	0,52
Os equipamentos/materiais são utilizados	53	3	5	3,13	3,00	0,47
Os equipamentos/materiais aumentaram a prestação do serviço	53	2	5	3,22	3,00	0,71
Os equipamentos/materiais criaram novas necessidades	53	2	5	3,11	3,00	0,58
Os equipamentos/materiais aumentaram a dependência relativamente à Cooperação Portuguesa	53	2	5	3,00	3,00	0,64

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente





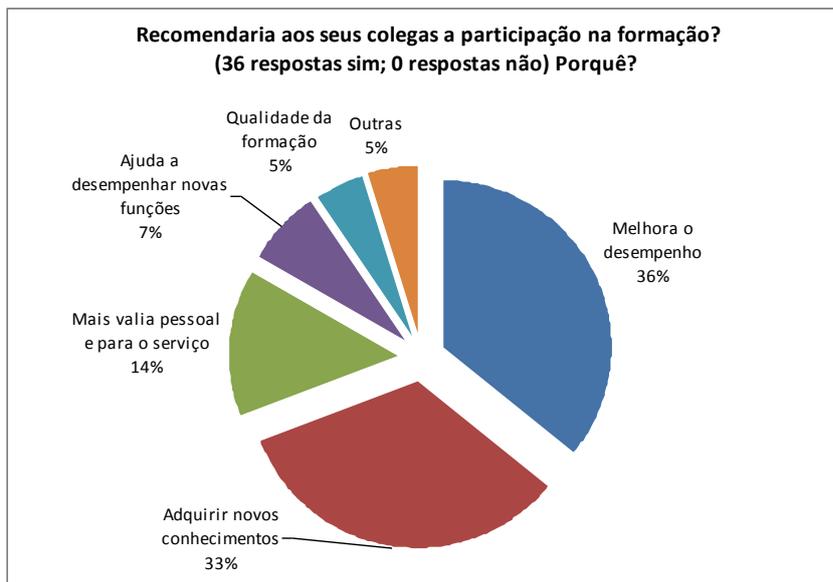
Parte II





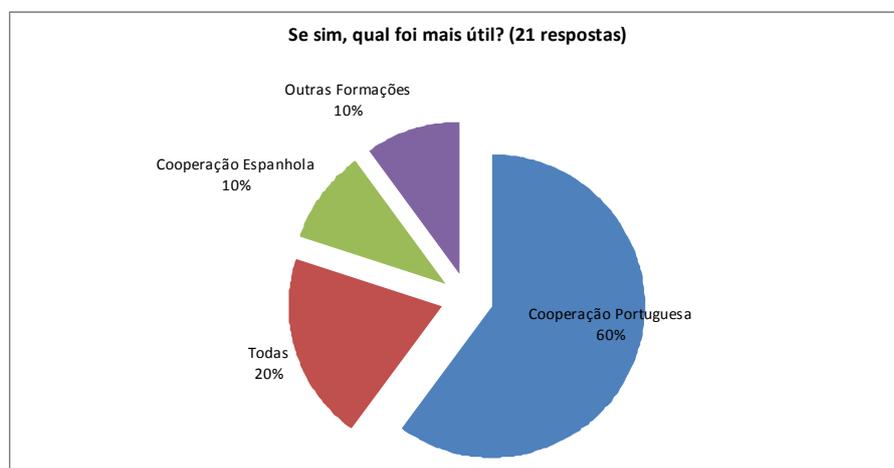
Recomendaria aos seus colegas a participação o na formação o ?

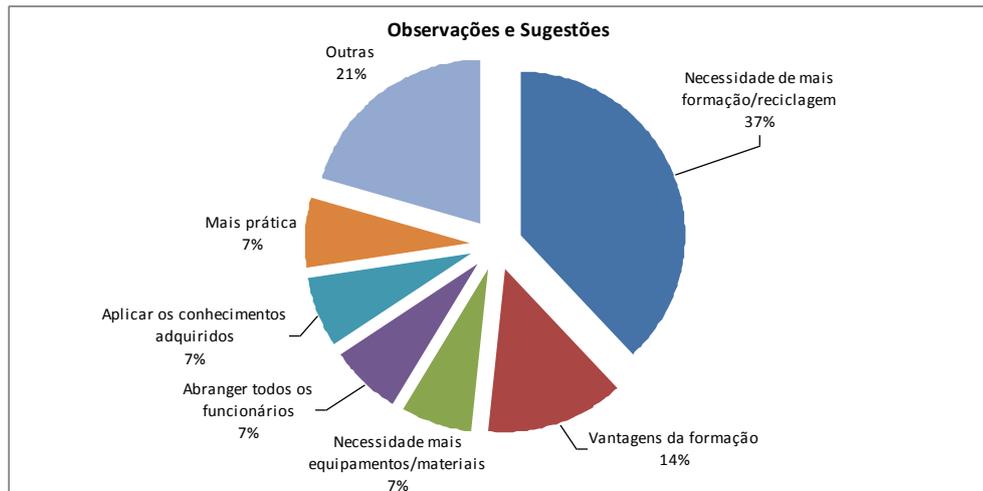
	Nº	%
Sim	36	67,9
NS/NR	17	32,1
Total	53	100



Entre 2008 e 2011, recebeu formação o de outros parceiros de cooperação o ?

	Nº	%
Sim	21	39,6
Não	24	45,3
NS/NR	8	15,1
Total	53	100





Anexo 3C – Justiça

Responderam apenas duas pessoas. Dada a falta de representatividade da amostra, não se procedeu à análise dos dados.

Anexo 3D – Mestrados

Caraterísticas da Amostra

Sexo			Idade		
	Nº	%		Nº	%
Masculino	7	53,8	25-30	1	7,7
Feminino	6	46,2	31-35	6	46,2
Total	13	100	36-40	2	15,4
			46-50	2	15,4
			56-60	2	15,4
			Total	13	100

Resultados dos questionários

Parte II

Avaliação da qualidade do mestrado

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Estrutura do modelo	13	3	5	4,23	4,00	0,73
A adequação dos conteúdos das disciplinas à realidade cabo-verdiana	13	3	5	4,25	4,50	0,87
O método de ensino	13	3	5	4,31	4,00	0,75
A qualidade do corpo docente	13	4	5	4,92	5,00	0,28
O acompanhamento dos alunos por parte do corpo docente	13	3	5	4,23	4,00	0,73
A quantidade e qualidade dos recursos disponíveis na biblioteca	13	2	5	3,00	3,00	1,00
As instalações onde decorreu o mestrado	13	3	5	3,67	3,50	0,78
A qualidade global do mestrado	13	4	5	4,38	4,00	0,51

1 - Discordo Totalmente, 2 - Discordo, 3 - Concordo, 4 - Concordo Muito, 5 - Concordo Totalmente



Qual das seguintes frases ilustra melhor a sua situação imediatamente após a conclusão do mestrado

	Nº	%
Já tinha perspetivas de emprego e, portanto, começou logo a trabalhar	1	7,7
Voltou ou continuou a trabalhar no mesmo emprego que tinha antes	5	38,5
Não Sabe/Não Responde	1	7,7
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100

Quanto tempo mediou entre a conclusão do mestrado e o 1º emprego?

	Nº	%
Menos de um mês	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	6	46,2
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100

Que dificuldades sentiu para conseguir o primeiro emprego?

	Nº	%
Não sentiu dificuldades	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	6	46,2
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100

Como é que obteve o 1º emprego pós conclusão do mestrado?

	Nº	%
Por resposta a anúncio	1	7,7
Não sabe/Não responde	6	46,2
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100,0

A formação recebida durante o mestrado foi decisiva na obtenção desse emprego?

	Nº	%
Sim	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	6	46,2
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100



Qual o tipo de instituição em que exerceu o 1º emprego?

	Nº	%
Administração Pública	1	7,7
Universidade	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	5	38,5
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100

Estava relacionado com as habilitações adquiridas?

	Nº	%
Sim	2	15,4
Não Sabe/Não Responde	5	38,5
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100

Se continuou ou retomou o emprego que tinha antes do mestrado, quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o mestrado (resposta múltipla)

	Nº	%
Melhoria das condições de trabalho	1	16,7
Mudança de categoria profissional	1	16,7
Desempenho de outras funções compatíveis com a formação obtida no curso	3	50,0
Nenhuma mudança	1	16,7
Total	6	100

Desde que terminou o mestrado teve algum apoio ou contacto com os professores e/ou colegas de curso?

	Nº	%
Sim	6	46,2
Não Sabe/Não Responde	1	7,7
Não aplicável	6	46,2
Total	13	100



Em caso afirmativo, que tipo de contacto manteve (resposta múltipla):

	N ^a	%
Contacto com colegas de curso através da Internet	4	36,4
Contactos pessoais com os professores	2	18,2
Contactos pessoais com os colegas	3	27,3
Assistência técnica no trabalho	2	18,2
Total	11	100

Parte III

Atualmente encontra-se:

	N ^o	%
Empregado	12	92,3
Não Sabe/Não Responde	1	7,7
Total	13	100

Se está empregado, em que tipo de instituição exerce a sua atividade?

	N ^o	%
Empresa Privada	4	30,8
Administração Pública	5	38,5
Universidade	2	15,4
Outra	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	1	7,7
Total	13	100

Classifique o seu grau de satisfação com o atual emprego?

	N ^o	%
Pouco satisfeito	1	7,7
Satisfeito	10	76,9
Muito Satisfeito	1	7,7
Não Sabe/Não Responde	1	7,7
Total	13	100



Avalie em que medida a formação obtida através do mestrado contribuiu para:

	Universo	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Aumentar as possibilidades de encontrar emprego	13	1	5	3,67	4,00	1,12
Progredir na carreira profissional	13	1	5	3,20	4,00	1,40
Progredir em termos salariais	13	1	4	2,40	2,50	1,35
Reorientar a sua carreira profissional para áreas da sua preferência	13	1	5	3,73	4,00	1,10
Melhorar o seu conhecimento/domínio numa área específica	13	3	5	4,08	4,00	0,67

Qual das seguintes afirmações melhor descreve o impacto do curso no seu trabalho actual

	Nº	%
O mestrado traduziu-se em mudanças positivas substanciais na forma como desempenho as principais funções do meu trabalho	9	69,2
O mestrado traduziu-se em mudanças positivas na forma como desempenho as principais funções do meu trabalho	3	23,1
O mestrado traduziu-se em poucas ou nenhuma mudanças no meu trabalho	1	7,7
Total	13	100

Se respondeu B, C, D ou E na questão anterior, quais das seguintes razões melhor descrevem a razão por que sente que o curso não teve grande impacto no seu dia-a-dia:

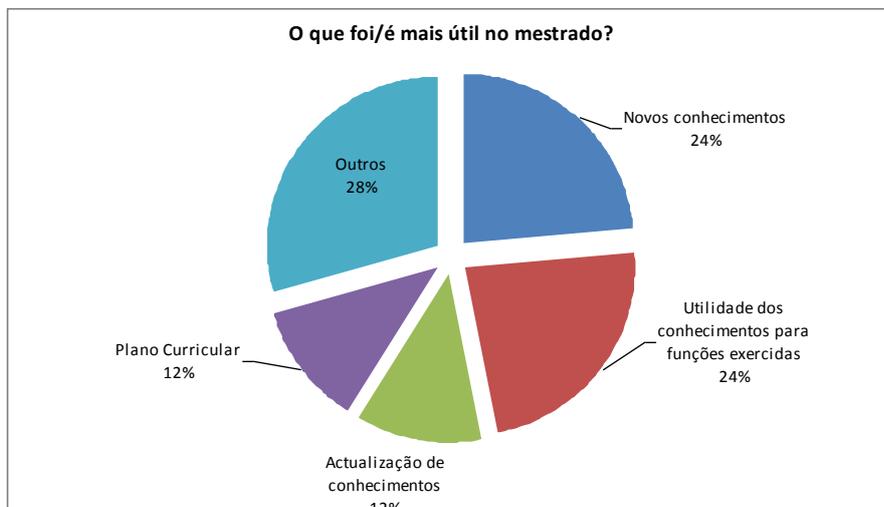
	Nº	%
Adquiri novos conhecimentos e competências importantes, mas não foram muito relevantes para aspetos importantes do meu trabalho	3	23,1
Eu sabia como aplicar o que aprendi mas não tive os recursos necessários ou apoio para o fazer	1	7,7
Não aplicável	9	69,2
Total	13	100

Qual das seguintes afirmações melhor descreve o nível de responsabilidade dentro da organização em que trabalha

	Nº	%
Tenho o meu próprio emprego	1	7,7
Sou dirigente intermédio (Director de Serviços, Chefe de Divisão/Departamento, Gestor de Projeto)	1	7,7
Sou técnico/investigador	8	61,5
Não Sabe/Não Responde	3	23,1
Total	13	100

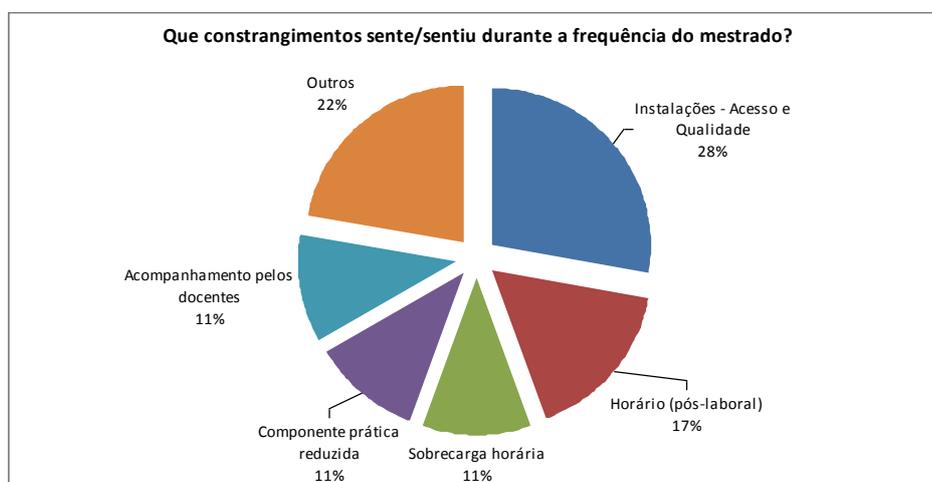


Parte IV



O que foi menos útil no mestrado? – Responderam 8 mestrandos. Não foi possível agregar as respostas.

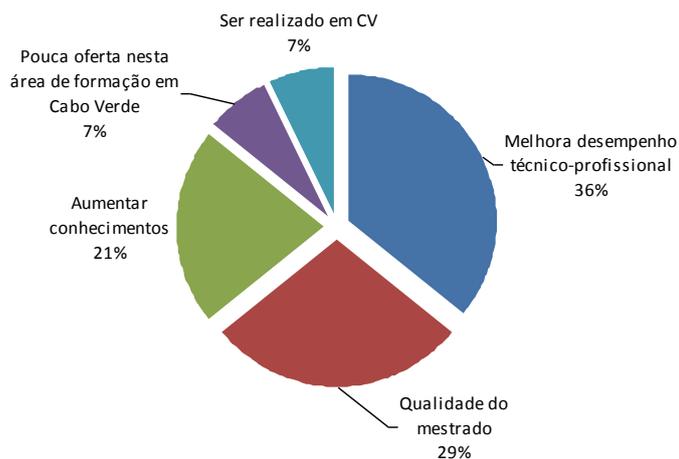
1	A fase de dissertação porque os orientadores se encontravam na UA e nem sempre tinham disponibilidade para acompanharem na construção da tese.
2	O número de disciplinas frequentadas, uma vez que não contribui para uma melhor especialização e especificação do curso.
3	
4	
5	Existência de algumas disciplinas que de momento não são prioridades dentro da realidade cabo-verdiana.
6	Para mim tudo foi útil na medida em que o mestrado foi muito bem organizado.
7	
8	Sim. A justificação foi dada na questão anterior
9	Para mim tudo que foi dado foi útil porque tudo estava relacionado com a área onde desempenho as minhas funções (Protecção das Culturas).
10	
11	As instalações onde decorreu o mestrado e a relação com o pessoal da UNICV
12	Nada
13	



Recomendaria o mestrado a outros colegas?

	Nº	%
Sim	12	92,3
Não	1	7,7
Total	13	100

Dos que responderam sim (12) Justificação



Um mestrando (de Agronomia) respondeu que não recomendaria o mestrado a outros colegas, porque o mesmo não tinha correspondido às expectativas iniciais.

Questionários

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES COM O APOIO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

QUESTIONÁRIO AOS FORMANDOS

Nota: este questionário é anónimo e faz parte do processo de avaliação conjunta da cooperação entre Portugal e Cabo Verde no período 2008-2011. Destina-se a cidadãos **cabo-verdianos que frequentaram ações de formação/capacitação** durante esse período de tempo. A sua resposta é importante para podermos melhorar a nossa cooperação no futuro.

1. Que formação frequentou: _____

2. Em que ano: 2008 __ 2009 __ 2010 __ 2011 __

PARTE I

1.1 – Por favor, classifique os seguintes aspetos:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Relevância da formação						
A formação foi relevante para as funções que desempenha						
A formação foi relevante para as necessidades do serviço						
A formação foi relevante para as necessidades do Ministério						
Utilidade da formação						
A formação proporcionou-lhe novos conhecimentos						
A formação proporcionou-lhe informação útil						
A formação foi a mais adequada para o exercício das suas funções						
A formação pode ser útil para funções futuras						
A formação respondeu, de facto, às necessidades do serviço						
Qualidade da formação						
Globalmente a formação teve qualidade						
Os métodos utilizados foram os mais adequados						
Os formadores tinham bons conhecimentos sobre a matéria						
Os conteúdos foram adaptados à realidade cabo-verdiana						



	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Benefícios pessoais						
A formação ajudou-o a melhorar o seu desempenho pessoal						
A formação permitiu-lhe desempenhar novas tarefas						
A formação ajudou-o a progredir na carreira						
A formação deu-lhe novos conhecimentos						
Aplica os novos conhecimentos no seu trabalho diário						
Benefícios institucionais						
A formação ajudou a melhorar o desempenho da sua Instituição						
A qualidade do serviço prestado pela sua Instituição melhorou						
A imagem externa da sua Instituição melhorou						

1.2 – No caso de a formação ter sido associada ao fornecimento de equipamentos e/ou materiais:

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Relevância e utilidade dos equipamentos/materiais fornecidos						
Os equipamentos/materiais corresponderam ao solicitado						
Os equipamentos/materiais são adequados às necessidades						
Os equipamentos/materiais são utilizados						
Os equipamentos/materiais aumentaram a prestação do serviço						
Os equipamentos/materiais criaram novas necessidades						
Os equipamentos/materiais aumentaram a dependência relativamente à Cooperação Portuguesa						
Caso tenham criado novas necessidades/dependências, explique quais:						



PARTE II

Por favor, responda às seguintes questões:

2.1 – O que foi mais útil na formação? (Por favor, justifique a sua resposta)

2.2 – O que foi menos útil na formação? (Por favor, justifique a sua resposta)

2.3 – Em que aspetos a formação pode ser melhorada?

2.4 – Recomendaria aos seus colegas a participação na formação?

Sim Não

Por favor justifique a sua resposta.

2.5 – Indique dois exemplos de utilização da formação no seu local de trabalho

2.6 – Entre 2008 e 2011 recebeu formação de outros parceiros de cooperação?

Sim Não

Se sim, qual foi mais útil e porquê?

2.7 – Observações e sugestões:

PARTE III – Dados pessoais

3.1 Serviço onde trabalha _____

3.2 Sexo: Masculino Feminino

3.3 Idade: _____ anos

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES COM O APOIO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

QUESTIONÁRIO AOS DIRIGENTES

Este questionário é anónimo e faz parte do processo de avaliação conjunta da cooperação entre Portugal e Cabo Verde no período 2008-2011. Destina-se a **dirigentes de instituições cabo-verdianas** cujos funcionários frequentaram ações de formação/capacitação durante esse período de tempo.

A sua resposta é importante para podermos melhorar a nossa cooperação no futuro.

1. Ações de formação realizadas:

2008 _____

2009 _____

2010 _____

2011 _____

PARTE I

1.1 – Por favor, classifique os seguintes aspetos:

	Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Globalmente a formação foi útil e eficaz						
Relevância da formação						
A formação foi relevante para o trabalho /funções dos técnicos						
A formação foi relevante para as necessidades da instituição						
A formação foi relevante para as necessidades do país						
Utilidade da formação						
Os objetivos da formação responderam às necessidades da instituição						
A formação centrou-se naquilo que o serviço precisava						
A formação proporcionou informação útil para o serviço						
Os técnicos utilizam os conhecimentos adquiridos						
A formação pode ser útil para funções futuras						



	Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Benefícios da formação						
A formação melhorou o desempenho dos técnicos						
Os técnicos adquiriram novos conhecimentos						
A formação permitiu-lhes desempenhar novas tarefas						
A formação facilitou-lhes a progressão na carreira						
A formação ajudou a melhorar o desempenho da instituição						
A qualidade do serviço prestado melhorou						
A imagem externa da instituição melhorou						

1.2 – No caso de a formação ter sido associada ao fornecimento de equipamentos e/ou materiais:

	Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente	NS/NR
Relevância e utilidade dos equipamentos/materiais fornecidos						
Os equipamentos/materiais são adequados às necessidades						
Os equipamentos/materiais corresponderam ao solicitado						
Os equipamentos/materiais são utilizados						
Os equipamentos/materiais aumentaram a produtividade do serviço						
Os equipamentos/materiais criaram novas necessidades						
Os equipamentos/materiais aumentaram a dependência relativamente à Cooperação Portuguesa						
Caso tenham criado novas necessidades/dependências, explique quais:						

PARTE II

Por favor, responda às seguintes questões:

2.1 – Indique dois exemplos de utilização da formação na sua instituição.

2.2 – É necessária mais formação?

Sim Não

Se sim, em que áreas?

2.3 - Em que aspetos a formação pode ser melhorada?

2.4 – Entre 2008 e 2011 a instituição beneficiou de formação de outras cooperações?

Sim Não

Se sim, qual foi mais útil e porquê?

2.5 – Observações e sugestões

PARTE III – Dados pessoais

3.2 Serviço onde trabalha _____

3.2 Sexo: Masculino Feminino

3.3 Idade: _____ anos

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA QUESTIONÁRIO A MESTRANDOS E EX-MESTRANDOS

Este questionário é anónimo e faz parte do processo de avaliação conjunta da cooperação entre Portugal e Cabo Verde no período 2008-2011. A sua resposta é importante para podermos melhorar a nossa cooperação no futuro.

Mestrado frequentado: _____
Período de frequência _____

PARTE I – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO MESTRADO

1... Como avalia:	Mau	Medíocre	Suficiente	Bom	Muito bom	NS
1.1 A estrutura do mestrado						
1.2 A adequação dos conteúdos das disciplinas à realidade cabo-verdiana						
1.3 O método de ensino						
1.4 A qualidade do corpo docente						
1.5 O acompanhamento dos alunos por parte do corpo docente						
1.6 A quantidade e qualidade dos recursos disponíveis na biblioteca						
1.7 As instalações onde decorreu o mestrado						
1.8 A qualidade global do mestrado						

Se já concluiu o mestrado, por favor, passe à Parte II.

Se ainda está a frequentar o mestrado, por favor, passe à Parte III.

PARTE II – PERÍODO PÓS-CONCLUSÃO DO MESTRADO

2.1 Qual das seguintes frases ilustra melhor a sua situação imediatamente após a conclusão do mestrado:

- Iniciou imediatamente a procura de um emprego (*passa à questão 2.2*)
- Já tinha perspectivas de emprego e, portanto, começou logo a trabalhar (*passa à questão 2.4*)
- Voltou ou continuou a trabalhar no mesmo emprego que tinha antes (*passa à questão 2.10*)
- Continuou a estudar (*passa à questão 2.11*)
- Outra. Qual? _____

2.2 Quanto tempo mediu entre a conclusão do mestrado e o 1º emprego?

- Menos de um mês
- Entre 1 e 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Mais de 1 ano. Quantos? _____

2.3 Que dificuldades sentiu para conseguir emprego? (*resposta múltipla*)

- Não sentiu dificuldades
- Apesar de ter a formação necessária, não possuía experiência profissional
- Não existiam, no local onde procurou emprego, ofertas de trabalho compatíveis com a sua formação
- O salário oferecido não correspondia às suas expectativas
- _____



- A localização geográfica não lhe interessava
- Não conseguiu emprego, mesmo para funções que exigiam menos habilitações/formação do que possuía
- Outra. Qual? _____

2.4 Como é que obteve o 1º emprego pós conclusão do mestrado? (resposta múltipla)

- Através de conhecimentos pessoais
- Por resposta a anúncio
- Através da Universidade de Cabo Verde
- Por candidatura espontânea (envio de curriculum)
- Através da criação do próprio emprego
- Outra. Qual? _____

2.5 A formação recebida durante o mestrado foi decisiva na obtenção desse emprego?

Sim Não

2.6 Qual foi o tipo de instituição em que exerceu o 1º emprego?

- Empresa privada
- Administração Pública
- Universidade
- Organização Internacional
- Outra. Qual? _____

2.7 Onde se localizava essa instituição (local e país)?

2.8 Qual a função que desempenhava?

2.9 Estava relacionado com as habilitações adquiridas?

Sim Não

2.10 Se continuou ou retomou o emprego que tinha antes do mestrado, quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o mestrado? (resposta múltipla)

- Aumento salarial
- Melhoria das condições de trabalho
- Mudança de categoria profissional
- Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso
- Nenhuma mudança
- Outra. Qual? _____

2.11 Se continuou a estudar, que formação frequentou? _____
Onde? _____



2.12 Desde que terminou o mestrado teve algum apoio ou contacto com os professores e/ou colegas do curso

Sim Não

Em caso afirmativo, que tipo de contacto manteve:

- A** – Contacto com professores através da internet
- B** – Contacto com colegas de curso através da internet
- C** – Contactos pessoais com os professores
- D** – Contactos pessoais com os colegas
- E** – Assistência técnica no trabalho
- F** – Curso adicional (doutoramento)
- G** – Outros (especifique quais) _____

PARTE III – SITUAÇÃO ACTUAL

3.1 Actualmente encontra-se:

- Desempregado
- Emprego próprio. Em que área? _____
- Empregado. Qual a profissão? _____
- Outra. Qual? _____

3.2 Se está empregado, em que tipo de instituição exerce a sua atividade?

- Empresa privada
- Administração Pública
- Universidade
- Organização Internacional
- Outra. Qual? _____

3.3 Classifique o seu grau de satisfação com o actual emprego:

- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

3.4 Avalie em que medida a formação obtida através do mestrado contribuiu para:

	Nada	Pouco	Em parte	Muito	Bastante	NS/NR
Aumentar as possibilidades de encontrar emprego						
Progredir na carreira profissional						
Progredir em termos salariais						
Reorientar a sua carreira profissional para áreas da sua preferência						
Melhorar o seu conhecimento/domínio numa área específica						



3.5 Qual das seguintes afirmações melhor descreve o impacto do curso no seu trabalho actual (escolha apenas uma):

- A** – O mestrado traduziu-se em mudanças positivas substanciais na forma como desempenho as principais funções no meu trabalho
- B** – O mestrado traduziu-se em pequenas mudanças positivas na forma como desempenho as principais funções no meu trabalho
- C** – O mestrado traduziu-se em mudanças positivas na forma como desempenho as funções secundárias no meu trabalho
- D** – O mestrado traduziu-se em poucas ou nenhuma mudanças no meu trabalho
- E** – O mestrado traduziu-se em mudanças negativas no meu trabalho

3.6 Se respondeu B, C, D ou E na questão anterior, quais das seguintes razões melhor descrevem a razão por que sente que o curso não teve grande impacto no seu dia-a-dia:

- A** – Não adquiri novos conhecimentos ou competências com o mestrado
- B** – Adquiri novos conhecimentos e competências importantes, mas não foram muito relevantes para aspetos importantes do meu trabalho
- C** – O conteúdo do mestrado foi relevante para o meu emprego, mas não soube como aplicar o que aprendi no meu trabalho
- D** – Eu sabia como aplicar o que aprendi, mas não tive os recursos necessários ou apoio para o fazer

3.7 Qual das seguintes afirmações descreve melhor o nível de responsabilidade dentro da organização em que trabalha:

- A** – Tenho o meu próprio emprego
- B** – Sou dirigente superior (CEO, Presidente, Vice-presidente, Director, etc.)
- C** – Sou dirigente intermédio (director de serviço, chefe de divisão/departamento, gestor de projeto, etc.)
- D** – Sou técnico/investigador
- E** – Outra. Qual? _____

PARTE IV

Por favor, responda às seguintes questões:

4.1 – O que foi/é mais útil no mestrado? (Por favor, justifique a sua resposta)

4.2 – O que foi/é menos útil no mestrado? (Por favor, justifique a sua resposta)

4.3 – Que constrangimentos sente/sentiu durante a frequência do mestrado?

4.4 – Recomendaria o mestrado a outros colegas?

Sim Não

Por favor, justifique a sua resposta.

4.5 – Observações e sugestões

PARTE V – Dados pessoais

5.1 Sexo: Masculino Feminino

5.1 Idade: _____ anos

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

Anexo 4 – Nível de implementação das recomendações da avaliação anterior

Da avaliação da cooperação Portugal – Cabo Verde (2002-2007) resultou um conjunto de recomendações a implementar, quer na elaboração, quer na implementação do novo PIC. Da análise da Ficha de Seguimento, elaborada um ano após a realização da avaliação (2008)², e do trabalho entretanto desenvolvido, constata-se que as principais recomendações foram implementadas pela Cooperação Portuguesa, nomeadamente:

1. Recomendações ao IPAD

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Utilizar o Documento de Operacionalização da Visão Estratégica como base e enquadramento para todas as opções e documentos, por parte da generalidade dos serviços do IPAD	IPAD: O Documento de Operacionalização da Estratégia da Cooperação Portuguesa data de 2006, ano em que se iniciou a sua utilização pelos diversos serviços do IPAD, de acordo com o Cronograma nele definido. Grande parte das medidas apontadas foi implementada no decurso de 2007, pelo que se espera que em 2008 se atinjam os objetivos pretendidos.	IPAD: Recomendação implementada.
2. Agilizar os processos administrativos e de gestão financeira na implementação dos programas de cooperação, isto é, harmonizar e simplificar os processos de aprovação e transferência das verbas envolvidas nos projetos, nomeadamente: - Promover e harmonizar o desembolso através de tranches, uma vez que o adiantamento inicial se revela fundamental para a prossecução de várias ações; - Aceitar facturas pró-forma (sendo as facturas correspondentes emitidas depois de transferida a verba), uma vez que as entidades cabo-verdianas têm dificuldades em conseguir as faturas sem que o pagamento dos serviços	IPAD: - O pagamento dos co-financiamentos do IPAD tem vindo nos últimos dois anos a assumir a forma de desembolsos através de tranches, sendo que o desembolso da 1.ª tranche é efectuado nos termos definidos nos respetivos Protocolos, tanto mais que as entidades executoras em Cabo Verde dão garantias da boa utilização destas verbas e da boa prestação de contas. - Havendo pagamento sob a forma de desembolsos através de tranches, não haverá necessidade de apresentação de facturas pró-forma para justificar pagamentos. - O Serviço de Cooperação e/ou os gestores locais em exercício possuem já competências alargadas no âmbito da	IPAD: - Recomendação que já vinha sendo praticada. Com efeito, o desembolso do financiamento já tem vindo a ser efectuado na generalidade dos PPA com Cabo Verde, sendo o primeiro realizado logo no início da respetiva execução. - Não faz sentido a implementação desta recomendação, uma vez que para a concretização dos desembolsos por tranches não é necessária a apresentação <i>à priori</i> de qualquer tipo de faturas. Os desembolsos são

² Disponível em:

http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Avaliacao%20e%20Auditoria%20Interna/Documents/Fichas/Ficha%20de%20Seguimento%20da%20Avaliacao%20do%20Programa%20de%20Cooperacao%20Portugal%20Cabo%20Verde_2002-07_.pdf

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>tenha sido efectuado e muitas vezes não dispõem de condições para pagarem de forma antecipada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transferir competências para o serviço de cooperação no terreno e/ou para gestores locais dos programas; - Clarificar as previsões orçamentais e investir numa calendarização rigorosa das fases e atividades, aquando da concepção dos projetos. 	<p>execução financeira e material dos PPA (Programas/Projetos/Ações). Apenas dependem da prévia aprovação do IPAD quando se regista alguma alteração ao Plano de Atividades inicialmente previsto e/ou às despesas que lhe estão associadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - De facto verifica-se que a maioria dos Documentos de Projeto apresentados pelas entidades proponentes não contemplam uma calendarização rigorosa das Atividades a realizar, nem tão pouco uma estimativa correcta e discriminadas dos custos associados. Estes elementos, fundamentais para um maior rigor na análise e posterior acompanhamento dos projetos, terão que ser obrigatoriamente fornecidos pelas ditas entidades. Nesse sentido, será fundamental o IPAD sensibilizar as entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação 	<p>efectuados tendo por base a celebração de um protocolo com as entidades envolvidas na execução dos PPA.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação implementada. - Os projetos aprovados já têm uma previsão orçamental e uma calendarização das atividades a realizar.
<p>3. Reforçar os recursos humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de aumento da experiência dos recursos humanos do IPAD, na perspectiva do conhecimento do país e dos projetos é imprescindível para um bom planeamento e execução; - Dotação da embaixada, de pessoal administrativo suficiente, para que os serviços de cooperação possam ter um maior papel aos níveis do planeamento e da coordenação entre agentes; - Contratação de gestores locais, para projetos/programas cuja dimensão se justifique segundo critérios sectoriais. 	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No âmbito do novo PIC 2008-2011, os PPA que o justifiquem, pela sua dimensão, impacto e visibilidade, prevêem a realização de missões de acompanhamento no terreno, por elementos do IPAD. Desta forma, pretende-se contribuir para um melhor conhecimento de Cabo Verde por parte dos recursos humanos deste Instituto que se encontram envolvidos na cooperação com este país. - Os PPA de maior dimensão em curso têm já gestores em funções, muito embora não sejam na sua maioria gestores locais: o PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário tem uma coordenadora portuguesa, que acumula funções lectivas; o Projeto de Cooperação Técnico-policial conta com o apoio da Oficial de Ligação do MAI de Portugal; o Programa de Cooperação Técnico-militar tem sido desenvolvido com a colaboração directa do Adido Militar em funções junto da Embaixada de Portugal em Cabo Verde; já o Programa de Cooperação do MTSS tem subprojectos geridos por ONG locais. 	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Durante o ano de 2008, foram realizadas algumas missões a Cabo Verde, para acompanhamento dos principais projetos, as quais serviram também para os funcionários do IPAD conhecerem melhor a realidade do país. - Dando seguimento à recomendação, os Serviços de Cooperação da Embaixada viram o seu apoio administrativo reforçado. - A recomendação já estava a ser implementada, porque os PPA de maior dimensão vinham sendo acompanhados localmente por coordenadores.

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>4. Contrabalançar a flexibilidade na reorientação de ações com a existência de regras mais claras, definidas e padronizadas, no que respeita aos métodos de trabalho entre instituições e aos critérios de aprovação dos projetos.</p>	<p>IPAD:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os critérios de aprovação dos PPA foram definidos e aprovados superiormente (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respetivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), estando já a ser aplicados pelos vários serviços responsáveis pela análise dos mesmos. - Para além disso, é de salientar que, segundo DL n.º 120/2007, art.º 3.º, ponto 2, alínea e), o IPAD tem como atribuição emitir parecer prévio vinculativo sobre os PPA de cooperação para o desenvolvimento financiados ou realizados por outras entidades do Estado. 	<p>IPAD: Como foi referido na resposta dos serviços, já existem regras gerais, aprovadas internamente, relativas à apresentação e aprovação dos PPA.</p>
<p>5. Investir na definição clara e detalhada das fichas de projeto ou dos planos de ação, com os objetivos qualitativos e metas quantitativas, a metodologia de atuação, a divisão de responsabilidades em termos de gestão e execução, previsão orçamental, os destinatários das ações e a calendarização das atividades</p>	<p>IPAD: A definição de todos estes aspetos está já consubstanciada no formulário do Documento de Projeto e nos seus anexos (disponíveis no site do IPAD), para consulta e utilização. O que se verifica é que algumas das entidades proponentes, ao elaborarem os Documentos de Projeto, não dão resposta, ou não a dão de forma satisfatória e razoável, a estas questões fundamentais para a análise dos projetos. Isto tem implicado atrasos nas análises, uma vez que obriga os serviços do IPAD a sucessivos pedidos de esclarecimentos adicionais. Nesse sentido, e conforme já referido anteriormente será fundamental o IPAD sensibilizar as entidades proponentes para a relevância deste tipo de informação.</p> <p>Instituto Camões: Com vista a equacionar a pertinência, relevância, coerência e sustentabilidade da Cooperação Portuguesa, o IPAD poderia construir, em sintonia com as autoridades locais, um programa integrado de cooperação estruturado em Quadro Lógico, e, a partir dele, promover a apresentação, em cascata, de Quadros Lógicos sectoriais de todos os projetos, para tornar visível os seus objetivos globais, específicos e operacionais, os resultados e as</p>	<p>IPAD: As fichas de projetos aprovadas pelo IPAD, que devem ser preenchidas pelas entidades proponentes dos PPA, já estão estruturadas de forma a conterem todos os elementos referidos. Podemos, por isso, dizer que, no que respeita à responsabilidade que cabe ao IPAD, a medida já se encontra implementada. Compete aos proponentes dos PPA cumprir com as instruções de preenchimento das fichas.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	atividades, a sua lógica de intervenção, indicadores de desempenho, meios de verificação e fatores externos.	
<p>6. Investir em mecanismos de acompanhamento dos projetos que vão para além da execução financeira e que incluam uma avaliação qualitativa do andamento dos mesmos, da eficácia, da eficiência e dos resultados.</p>	<p>IPAD: A avaliação dos PPA executados tem sido de facto maioritariamente quantitativa, verificada através da execução financeira e documental. Prevê-se que no âmbito do novo PIC 2008-2011, assinado em Janeiro do corrente ano, sejam intensificadas e realizadas regularmente missões de acompanhamento no terreno, de elementos do IPAD ou de outras entidades executores e/ou cofinanciadoras dos PPA em curso, de forma a avaliar a evolução qualitativa dos mesmos.</p> <p>Instituto Camões: O IPAD deve promover uma cultura de avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> com a participação dos promotores dos projetos de cooperação (incluindo, naturalmente, os parceiros nos países), devendo equacionar a eficiência face à eficácia dos resultados e a relação custo-benefício dos projetos.</p>	<p>IPAD: De acordo com os procedimentos implementados pelo IPAD, este efectua um acompanhamento rigoroso da correspondente execução financeira, sendo ainda obrigatória a apresentação de relatórios por parte das entidades executoras, nos termos dos protocolos celebrados com essas entidades, contendo uma apreciação qualitativa do nível de execução dos PPA, que permita ao IPAD fazer uma avaliação qualitativa do seu andamento.</p>
<p>7. Implementar uma cultura de avaliação dos programas de cooperação, utilizando critérios definidos conjuntamente ou através de indicadores já definidos por Cabo Verde.</p>	<p>IPAD: O IPAD tem procurado implementar essa mesma cultura de avaliação dos PPA, nomeadamente através do modelo de Documento de Projeto que é solicitado às entidades proponentes. Neste documento, as entidades proponentes deverão previamente definir quais os objetivos e os resultados que se pretendem atingir e quais as atividades a realizar. Terão também que ser definidos os indicadores, objectivamente verificáveis e mensuráveis, que permitirão avaliar se e em que grau foram alcançados os objetivos e os resultados, bem como se foram ou não realizadas as atividades planeadas.</p> <p>Instituto Camões: A avaliação <i>ex-ante</i>, durante e <i>ex-post</i> pressupõe o uso de <u>metodologias científicas</u> que deverão ser observadas, sob pena de os “critérios definidos” se poderem revelar subjectivos, inconsistentes e ineficientes e, conseqüentemente, ineficazes.</p>	<p>-</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>8. Reforçar a participação da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana na implementação do PIC, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforço e alargamento da linha de co-financiamento do IPAD à sociedade civil em geral; - Criação de financiamentos para implementação de ações e capacitação das organizações da sociedade civil cabo-verdiana, segundo critérios de apreciação e aprovação de projetos, de forma a permitir à cooperação portuguesa assumir um maior apoio e um reconhecimento do papel destes atores no desenvolvimento de Cabo Verde; - Adopção de uma nova abordagem no sentido de encarar as organizações da sociedade civil portuguesa e cabo-verdiana como agentes privilegiados de execução de projetos da Cooperação Portuguesa, segundo critérios de mais-valia específica (e consoante a natureza dos projetos). 	<p>Instituto Camões: O IPAD deveria dispor de critérios objetivos de apreciação de projetos, bem como deveria enquadrar os projetos e ações de organizações da sociedade civil financiados por si em programas sectoriais ou transversais de cooperação (concentração).</p>	<p>IPAD: O número de projetos da sociedade civil apoiados pela CP tem vindo a aumentar, assim como o valor do cofinanciamento anual. A CP, quer através do IPAD, quer através do Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS, tem apoiado diversos projetos de ONG locais.</p>
<p>9. Implementar os projetos de menor montante preferencialmente através da linha de pequenos projetos da Embaixada (permitindo assim conciliar dispersão com concentração);</p>	<p>IPAD: Desde 2005 que tem sido inscrita nos PAC uma linha de Financiamento para Pequenos Projetos, até € 50.000, das mais variadas naturezas e origens, de forma a dar resposta às solicitações de várias entidades cabo-verdianas, públicas ou privadas de interesse público, Estes projetos são apresentados ao IPAD via Embaixada, após terem sido analisados e aprovados pela Comissão de Acompanhamento, constituída por elementos da CP (Adido da CP), da Direcção-Geral do Plano do Ministério das Finanças e da Direcção-Geral de Cooperação Internacional de Cabo Verde.</p> <p>Instituto Camões: Com esta medida, o IPAD arrisca apoiar pequenos projetos que não se enquadram em programas sectoriais ou integrados e incentivar a autonomia de critérios</p>	<p>IPAD: Esta recomendação tem vindo a ser prosseguida através da implementação do <i>Fundo de Pequenos Projetos</i> dirigido às áreas sociais e da educação, que é gerido pelos Serviços de Cooperação da Embaixada, segundo regras orientadores estabelecidas pelo IPAD.</p> <p>No entanto, durante o ano de 2008, devido a restrições orçamentais e aos compromissos já estabelecidos, não foi possível apoiar a <i>Linha de Financiamento para Pequenos Projetos</i>, Comissão de Acompanhamento, a qual</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	das Embaixadas face aos da Cooperação Portuguesa. Consequências: projetos casuísticos, dispersos, desarticulados ou desajustados de programas de cooperação e meios financeiros desviados dos objetivos da Cooperação.	teve um impacto positivo e significativo nas comunidades locais e que contribuiu para a redução local da pobreza.
10. Incluir o reforço das capacidades locais nos critérios para a aprovação de projetos no seio desta linha.	IPAD: A aprovação de projetos no âmbito da Linha de Pequenos Projetos deverá seguir os mesmo critérios de avaliação que os restantes projetos (ver “Procedimentos para análise de PPA de Cooperação apoiados pelo IPAD”, bem como as respetivas “Grelhas de análise com base na quantificação dos parâmetros constantes dos procedimentos estabelecidos”), sendo a sustentabilidade um desses critérios. Instituto Camões: Em conformidade com o referido no ponto anterior, o “reforço das capacidades locais” (meios humanos da Embaixada?), a observar-se, deveria ter em conta uma devida articulação com o IPAD para a eleição de projetos.	IPAD: Como os pequenos projetos são todos executados por entidades locais, tal implica um reforço das suas capacidades, pelo que esta recomendação está sempre presente na implementação destes projetos.

2. Recomendações à Cooperação Portuguesa

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Aumentar os valores da APD a Cabo Verde no sentido de cumprir os compromissos assumidos internacionalmente.	-	IPAD: Esta recomendação foi prosseguida, verificando-se de 2007 para 2008 um acréscimo significativo da ajuda pública ao desenvolvimento. Com efeito, passou-se dos 31.921.277 euros em 2007 para 42.462.936 em 2008 (valores preliminares), o que, em termos percentuais, se traduziu num aumento de 33%.
2. Conceber internamente um documento de estratégia da CP para o país, que possa nortear a atuação da Cooperação Portuguesa e que estabeleça a visão portuguesa para além da negociação política do PIC com as autoridades	Instituto Camões: Elaboração de documento de estratégia (complementar do Quadro Lógico) que tenha em conta: 1. As políticas cabo-verdianas para a redução da pobreza (DECRP) 2. As políticas portuguesas para a Cooperação (VECP)	IPAD: Esta recomendação foi seguida logo aquando da elaboração do PIC 2008-2011 assinado a 23 de Janeiro de 2008, tendo sido igualmente seguido o quadro concebido pela Comissão

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>cabo-verdianas. Este documento deverá definir politicamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os elementos estratégicos da visão da Cooperação Portuguesa para Cabo Verde; - Os objetivos e prioridades portuguesas para os anos em causa; - A filosofia de atuação da Cooperação Portuguesa em Cabo Verde; - As opções em termos de parcerias com outros doadores e com outros atores. 	<p>3. Os objetivos e prioridades do IC em Cabo Verde 4. Eventuais parcerias com outros doadores e atores. Hipóteses de parcerias com outros doadores: Brasil, Espanha, Luxemburgo Hipóteses de parcerias com outros atores: MC/DGLB; MCES; Universidades Portuguesas; MJ; MTSS; IPAD; ONGD portuguesas e cabo-verdianas</p>	<p>Europeia e adoptado pelos EM, no âmbito do aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação e complementaridade de actuações, no sentido de melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Para além do Programa Indicativo propriamente dito, o documento engloba, entre outros aspetos, os objetivos estratégicos da Cooperação Portuguesa em relação a Cabo Verde, os eixos e áreas de intervenção prioritárias, as modalidades e os instrumentos de ajuda para o referido período.</p>
<p>3. Eliminar os PAC e elaborar um PIC cujo horizonte temporal seja alinhado com a estratégia de desenvolvimento cabo-verdiana (2008-2011) que inclua, nomeadamente: a ligação aos compromissos internacionais da APD, a definição dos eixos e áreas de intervenção (com respetiva justificação), os objetivos, os recursos, os critérios para seleção de projetos, os mecanismos e indicadores (quantitativos e qualitativos) de acompanhamento e avaliação. O PIC não poderá ser a soma de programas sectoriais, mas antes deve ter por base uma estratégia para o país. Nesse sentido, as vertentes que se assumem como prioritárias são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A capacitação institucional da administração pública e outras instituições cabo-verdianas (incluindo aqui vários programas sectoriais, como as Finanças, a Justiça, a Segurança e Defesa, entre outros); - A educação, com um apoio mais direccionado 	<p>IPAD: Foi elaborado o novo PIC entre Portugal e Cabo Verde, para o período de 2008-2011, de acordo com as orientações aqui expressas (ver documento referido, em particular o ponto 1.4. Eixos Estratégicos e Áreas de Intervenção). Este documento foi assinado por ambas as Partes a 23 de Janeiro de 2008.</p> <p>Instituto Camões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de Quadro Lógico/Matriz de Enquadramento Lógico (MEL) para o espaço temporal do próximo PIC (2008-2011); - Hipóteses de parcerias com: MCES; Universidades Portuguesas; CRUP; IPAD - Hipóteses de parcerias com: MTSS (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em Língua Portuguesa); MC/DGLB equipamento bibliográfico de pequenas bibliotecas institucionais), outros Hipóteses de parcerias com: ONG cabo-verdianas (ocupação de tempos livres de crianças, jovens e adultos: formação em LP). 	<p>IPAD: A programação estabelecida pelo PIC 2008-2011 é coerente com a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, tal como inscrita no Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECREP) II, alinhando com o seu horizonte temporal e identificando como um dos eixos estratégicos e prioritários de atuação o Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza, para onde será canalizado 58% do orçamento indicativo de 70 MEUROS nele estabelecido. Para este novo ciclo de programação da cooperação bilateral, previram-se formas inovadoras de apoio, nomeadamente o apoio directo ao Orçamento, adequando o apoio português ao novo estágio de desenvolvimento de Cabo Verde, indo ao encontro da tendência verificada na maioria dos doadores do país que vêm</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>para o ensino superior e para a promoção da língua portuguesa;</p> <ul style="list-style-type: none"> - A redução da pobreza, quer através dos projetos de solidariedade, quer através de ajuda orçamental direccionada; - A estabilidade macroeconómica e o apoio indirecto ao desenvolvimento de projetos por parte de Cabo Verde; - Os pequenos projetos com grande visibilidade e impacto, nomeadamente, os que são executados no apoio a/ou através de organizações da sociedade civil cabo-verdiana. 		<p>dando predominância a este apoio., o que foi desde logo concretizado em 2008.</p> <p>O acompanhamento do PIC tem sido feito com base no quadro de execução actualizado trimestralmente pelo IPAD.</p> <p>Na identificação das intervenções foram tidos em conta os objetivos gerais e específicos estabelecidos para os eixos prioritários, tendo-se privilegiado programas e projetos de natureza estruturante, nomeadamente no quadro da capacitação da administração pública cabo-verdiana nas áreas da Administração Interna, das Finanças Públicas, da Justiça e da Defesa. Em 2008 foi igualmente privilegiado o apoio à consolidação do ensino superior em Cabo Verde. Em 2008 foi prosseguido o Acordo de Cooperação Cambial, contribuindo para que a gestão macroeconómica de Cabo Verde seja caracterizada por uma grande disciplina o que tem possibilitado a manutenção da estabilidade económica do país.</p> <p>O apoio a projetos desenvolvidos por ONG tem sido uma via de intervenção no âmbito da cooperação com Cabo Verde. O número de projetos apoiados e o valor do co-financiamento anual tem vindo a aumentar, fruto, em grande parte, do trabalho sustentado que algumas ONG portuguesas têm vindo a desenvolver. No âmbito de processo de candidaturas IPAD para ONGD de 2008, foram</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		apoiados 3 projetos de 3 organizações, num montante global de 204.073 €.
<p>4. Promover uma visão mais integrada e abrangente da CP que valorize igualmente e divulgue as boas práticas quer ao nível dos sectores, quer dos vários atores, quer das contribuições para projetos multilaterais que beneficiam CV.</p>	<p>Instituto Camões Ensino/aprendizagem da Língua e divulgação da Cultura Portuguesa transversais a outras áreas: - Projetos de formação profissional nas diversas áreas - Ocupação de tempos livres de crianças e jovens - Outros</p>	
<p>5. Reorientar as prioridades da CP no país, de forma a corresponder à nova fase de desenvolvimento de CV. Nomeadamente, desempenhar um papel importante na implementação do Plano de Ação da Parceria especial com a UE. Neste quadro, as ações da Cooperação Portuguesa têm claramente condições para se inserirem e complementarem a Parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na reforma das finanças e da administração pública; - No sector da justiça; - Na justiça, uma vez que Cabo Verde necessita de uma adaptação e adequação legislativa a novas regras e quadros internacionais, através de uma convergência técnica e adequação às normas da CE. 	<p>IPAD: A Parceria Especial está contemplada e devidamente identificada como prioridade da CP no novo PIC 2008-2011, no Eixo Estratégico I – Boa Governação, Participação e Democracia. Neste Eixo incluem-se ainda os PPA nas áreas complementares a esta Parceria, aqui recomendadas, da Capacitação Institucional (1.1), das Finanças Públicas (1.2) e da Segurança Interna (1.3).</p>	<p>IPAD: Em fase de concretização, quer no que respeita ao empenho da CP na implementação da Parceria Especial com a UE, quer na prossecução de projetos na área da Parceria (como seja o caso do projeto de Reforço da Capacidade de Cabo Verde na Gestão da Migração Laboral e de Retorno, apoiado pela UE, IPAD e Cooperação Espanhola) ou complementares à da Parceria (como sejam os casos do apoio à reforma das finanças e da administração pública, com a execução do PICATFin, e do apoio ao sector da justiça através do Programa de Apoio ao Sector da Justiça de CV, que só não tem assumido maior dimensão por falta de recursos financeiros).</p>
<p>6. Reforçar o carácter estruturante da CP, através da inclusão de projetos avulsos em programas com uma visão integrada, nos vários sectores de atuação. Dois exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No seio do apoio ao ensino superior, deverá existir um programa integrado que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-Cv, fornecimento de material bibliográfico e outras 	<p>IPAD: Esta visão mais estruturante e integrada da CP tem vindo progressivamente a ser posta em prática. Já no PAC de 2007 se verificou um claro esforço neste sentido, com a transformação de projetos avulsos em programas mais integrados. É o caso precisamente do Programa de Apoio à Universidade de Cabo Verde, que agregou os vários projetos e ações de apoio a esta Universidade. No entanto, reconhece-se a necessidade de manter este esforço no</p>	<p>IPAD: Tem vindo a ser realizado um esforço para, por um lado, agrupar os projetos complementares em programas que contribuam para atingir uma mesma finalidade ou objetivo global comum, e, por outro, para optar por projetos que visem atingir determinada estratégia da CP.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>componentes, de forma a corresponder a uma visão estratégica de apoio ao sector e poder gerar sinergias entre as várias ações;</p> <p>- No sector da saúde, terá de existir um programa que preconize uma estratégia integrada, de forma a coordenar a diminuição de evacuações com a correspondente criação de capacidades locais.</p>	<p>futuro, de forma a tornar a ação da CP o mais eficaz e eficiente possível. Para tanto, as próprias entidades proponentes deverão estar sensibilizadas para esta orientação da CP, uma vez que serão elas a definir e estruturar os ditos Programas.</p> <p>Instituto Camões: IC enquanto coordenador e gestor dos ensinamentos básico, secundário e superior – proposta às autoridades cabo-verdianas de um programa integrado que inclui projetos com as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação de licenciados em Português, incluindo a distância - Formação contínua de professores de Português, incluindo a distância - Formação em LP de outros docentes e de profissionais de todos os sectores económicos que dela necessitem, incluindo a distância - Concessão de bolsas de estudo - Fornecimento de material bibliográfico a estabelecimentos de ensino - Equipamento bibliográfico em LP de bibliotecas municipais - Articulação da divulgação de eventos da Cultura portuguesa - Promoção da produção científica e cultural cabo-verdiana, e sua divulgação - Promoção e colaboração em programas locais de Turismo Cultural e Turismo da Natureza (que poderão constituir <i>clusters</i> da Cooperação) – ex. Cidade Velha: recuperação do património arquitectónico de origem comum no contexto de programa integrado de dinamização turística da região – parcerias com MAOTDR, MEI, MC. 	
<p>7. Relativamente às modalidades da ajuda: Coordenar a ação com os outros doadores; Conceder ajuda orçamental.</p>	<p>IPAD: No novo PIC 2008-2011 está consagrada e contemplada a ajuda orçamental, tendo sido disponibilizado já para o ano de 2008 uma verba de 1,5 milhões de euros. Esta modalidade da ajuda permitirá a participação de Portugal nas reuniões de coordenação de doadores, que têm</p>	<p>IPAD: A ajuda orçamental foi implementada com a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde e com a transferência, ainda em 2008, de</p>



RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>vindo a ocorrer sob a liderança do Banco Mundial. Isto irá constituir uma oportunidade para melhorar a coordenação da CP com outros doadores, criando parcerias e sinergias e maximizando os resultados com as verbas disponíveis. Paralelamente, a CP tem participado, e irá continuar a participar, nos esquemas de coordenação existentes, tendo mesmo a Embaixada de Portugal promovido reuniões periódicas com os Embaixadores residentes dos países da UE.</p> <p>Instituto Camões: Em função da realidade encontrada, o IC tentará propor alternativas que garantam que a formação de professores se realizará exclusivamente em LP:</p> <ul style="list-style-type: none">- Dando formação em LP aos formadores de Espanha e do Luxemburgo- “Negociando” com Espanha e Luxemburgo a entrega da formação de professores a formadores nacionais de países de LP- Relativamente ao Brasil, propor alternativas para substituição de bolsas no Brasil por formação em Cabo Verde (para evitar a “fuga de cérebros”).	<p>1,5 ME para a conta do Estado de Cabo Verde, correspondente à primeira contribuição para essa ajuda.</p> <p>Ao aderir a esta modalidade, Portugal tomou em consideração o quadro de parceria já subscrito por Cabo Verde e pelos outros doadores (Grupo de Apoio ao Orçamento - GAO) e adoptou os mecanismos de acompanhamento e monitorização nele estabelecidos e participou nas reuniões de acompanhamento e avaliação;</p> <p>Tem havido esforços para a coordenação de Portugal com outros doadores, também a outros níveis:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação nas reuniões regulares do Grupo Local de Seguimento da Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde;• Participação no Grupo de Apoio à Transição;• Participação nas reuniões de coordenação promovidas pela Comissão da UE;• Realização de projetos na área das migrações (Projeto “DIAS – DIASpora for Development of Cape Verde”).
<p>8. Promover mais ações conjuntas com o sector empresarial, em parceria, de modo a promover a participação de empresas portuguesas em projetos estruturantes para Cabo Verde, bem como o investimento directo de empresas portuguesas no país.</p>	<p>Instituto Camões: Proposta de cluster da Cooperação em zona de passado histórico-cultural comum com potencial turístico: exemplo: Cidade Velha</p> <p>IPAD como coordenador e ministérios sectoriais como angariadores de parcerias empresariais (construção civil, transportes...)</p>	<p>IPAD: De difícil aplicação. Apenas na concessão de empréstimos tem sido possível vincular a participação de empresas portuguesas na execução dos projetos financiados com esses empréstimos. Nas restantes situações, a dificuldade de aplicação desta recomendação assenta essencialmente</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
		em duas ordens de razões: primeira, a falta de sensibilidade e disponibilidade das empresas portuguesas para apoiar projetos da CP sem que daí resultem contrapartidas visíveis para essas empresas, nem sequer ao nível da concessão de incentivos; segunda, não existe um quadro legal que permita ao IPAD conceder apoios financeiros a empresas privadas no âmbito de PPA de cooperação.
<p>9. Reforçar a capacidade de decisão da embaixada a vários níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para transferir progressivamente para o terreno uma componente mais forte de concepção: a proposta dos próprios programas de cooperação, a identificação de projetos e uma gestão mais autónoma dos mesmos, a realização de avaliações de projetos, etc. - Para reforçar o acompanhamento qualitativo dos projetos e reduzir o número de missões externas, contribuindo para os objetivos da Declaração de Paris e para uma maior eficiência da cooperação; - Para simplificar procedimentos. 	<p>IPAD: Qualquer uma das recomendações aqui expressas, no sentido de reforçar a capacidade de decisão dos Serviços de Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Praia, assenta na necessidade de aumentar o seu quadro de recursos humanos, em especial pessoal administrativo. Só assim será possível libertar os técnicos que actualmente se encontram em funções das tarefas administrativas e de gestão do quotidiano e promover a sua participação aos níveis da concepção, acompanhamento qualitativo e avaliação dos projetos em curso.</p>	<p>IPAD: Os serviços de cooperação da Embaixada já vêm acompanhando muito de perto todas as áreas da cooperação portuguesa, incluindo os PPA que vêm sendo executados.</p>
<p>10. Conferir maior visibilidade à atuação da CP, utilizando uma estratégia de comunicação, informação e divulgação mais estruturada e abrangente (nomeadamente através de menções nos equipamentos, placas de reconhecimento do apoio português, websites – em Portugal e Cabo Verde – e media).</p>	<p>IPAD: Todos os projetos apoiados pela CP referem, nos seus documentos de formalização de concessão desse apoio, a obrigatoriedade de as entidades executores garantirem a sua visibilidade. Todavia, há dificuldades em fazer cumprir este requisito, devido há escassez de recursos humanos da CP no terreno. Isto poderá ser ultrapassado, quer pela intensificação das missões de elementos do IPAD e/ou de outros parceiros, quer pelo reforço dos recursos humanos em funções nos Serviços de Cooperação.</p>	<p>IPAD: A visibilidade e a divulgação dos apoios concedidos pelo IPAD constituem obrigações dos executores dos PPA constante dos protocolos que com eles são assinados. Assim, no que respeita ao IPAD, esta recomendação tem sido cumprida. A questão poderá colocar-se ao nível de alguns executores que não dão cumprimento a essas obrigações, muito embora o IPAD, sempre que</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
	<p>Instituto Camões: Projetos do IC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Placas exteriores nos edifícios das entidades apoiadas: “Apoio da Cooperação Portuguesa / MNE/Instituto Camões” - Divulgação do apoio na comunicação social (designadamente no encarte do IC no Jornal de Letras portuguesa e cabo-verdiana). 	<p>detecte essas situações, os alerte para o facto.</p>
<p>11. Reforçar e redefinir os mecanismos de coordenação dos agentes da CP. Ao nível político, importa que existam reuniões de coordenação interministerial. Ao nível técnico, a realização de reuniões regulares em termos sectoriais e por país poderia ter utilidade desde que existisse uma definição clara das prioridades portuguesas em cada sector. A aprovação de estratégias sectoriais, com metas e indicadores precisos, poderá ser um primeiro elemento de enquadramento; a definição de documentos de estratégia por país poderia também contribuir para guiar os vários sectores.</p>	<p>Instituto Camões: Até à transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC, é fundamental e urgente a realização regular, sob coordenação do IPAD, de reuniões técnicas sectoriais (área da Educação) com todos os atores da CP, incluindo da sociedade civil (associações, fundações, ONGD). A elaboração de Quadros Lógicos de Programas ou projetos resolve esta situação.</p>	<p>-</p>
<p>12. Assumir um papel activo na harmonização da ajuda, particularmente intra-UE (aplicação do Código de Conduta sobre Divisão de Trabalho), podendo liderar a coordenação em alguns sectores (nomeadamente sector da segurança, entre outros).</p>	<p>Instituto Camões: Coordenação portuguesa da área da Educação/Ensino: MNE/IC</p>	<p>-</p>
<p>13. Promover estudos analíticos e avaliações conjuntas com outros doadores.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>
<p>14. Agilizar o processo de concessão de vistos a estudantes ou quadros superiores que tenham sido seleccionados para frequentar cursos em Portugal, ao abrigo de acordos de cooperação entre Portugal e Cabo Verde aproveitando a existência de um oficial de ligação do SEF no terreno.</p>		<p>IPAD: Essa agilização foi possível efectuar no ano de 2008 com o apoio dos dois elementos do projeto CAMPO em consonância com os Serviços Consulares da nossa Embaixada.</p>

Recomendações Sectoriais Específicas

Educação e Formação de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Transitar de uma estratégia de substituição de competências locais pela formação das mesmas, quer investindo na formação de professores cabo-verdianos e nas capacidades técnicas locais, quer apostando num apoio estruturante e sustentado ao ensino superior (através de uma visão integrada que inclua a política de bolsas, o apoio à Uni-CV e outras componentes);</p>	<p>Instituto Camões: Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, ISE e UNI CV, da formação de docentes dos ensinos básico e secundário, incluindo a distância, harmonizando e gerindo as necessidades de formação com as necessidades do país. Necessidade de identificação de coordenador institucional português para a formação local de docentes em todas as disciplinas do ensino básico e secundário (não apenas em Língua Portuguesa): IC como entidade mais adequada. Parceria com ME para a colocação em CV de formadores de docentes do ensino básico e secundário e com o MCES, Universidades e CRUP para leccionação na UNI CV.</p>	<p>IPAD: O IPAD tem procurado seguir esta estratégia, podendo e devendo ser melhor articulada com os restantes atores da CP.</p>
<p>2. Terminar o PADES na sua vertente de envio de professores portugueses para leccionar no ensino secundário, uma vez que Cabo Verde tem vindo a formar os seus professores, diminuindo as necessidades de recorrer a professores estrangeiros;</p>	<p>Instituto Camões: Promoção, em articulação com o ME cabo-verdiano, de concursos para docentes (de nacionalidade cabo-verdiana) do ensino secundário. Divulgação da abertura dos concursos nos países da diáspora (EUA, Portugal, França, Holanda, Brasil...), através das Embaixadas de Cabo Verde nos países, divulgação na página do IC na Internet e outros sítios.</p>	<p>IPAD: O IPAD irá pôr termo ao projeto no final do ano lectivo de 2008/09. Tal só não sucedeu no ano lectivo precedente, porque houve um pedido expresso das autoridades cabo-verdianas nesse sentido. Em todo o caso, o número de professores portugueses tem vindo a ser progressivamente reduzido.</p>
<p>3. Relativamente à política de bolsas, (i) concentrar as bolsas de graduação (licenciatura) em áreas que são essenciais para o desenvolvimento de Cabo Verde (nomeadamente que não são cobertas pela Uni-CV, como os cursos na área da medicina, matemáticas e engenharias); (ii) aumentar as bolsas de pós-graduação (mestrados e doutoramentos); (iii) agilizar os procedimentos de atribuição de bolsas, nomeadamente estendendo o prazo para envio dos processos e simplificando a atribuição de vistos aos bolseiros;</p>	<p>Instituto Camões: Identificação das áreas essenciais. Parceria com MCES, Universidades e CRUP para a concessão de bolsas e para a recepção de alunos cabo-verdianos em cursos e pós-graduações não existentes na UNIV CV. Negociação política entre os Governos de Portugal e de Cabo Verde para a concessão de bolsas em Portugal que obrigue os bolseiros a regressar a CV (ex.: entrega dos diplomas em CV; obrigatoriedade de emprego, por nº de anos a determinar, em serviços do Estado cabo-verdiano; penalizações pelo não retorno: diminuição futura de concessão de bolsas; etc.</p>	<p>IPAD: A lógica que tem presidido à concessão de bolsas nos últimos anos vai no sentido desta recomendação. Ou seja, tem sido privilegiada a concessão de bolsas internas para cursos de licenciatura ministrados por instituições públicas do Ensino Superior público cabo-verdiano e a concessão de bolsas em Portugal, principalmente para mestrados e doutoramentos) em áreas que não são abrangidas pelo Ensino Superior em CV.</p>

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>4. Continuar o apoio estruturante na área da formação profissional, que corresponde a uma prioridade integrada estratégica para o combate ao desemprego e para o desenvolvimento de CV;</p>	<p>Instituto Camões: Parceria com os ME e MTSS/IEFP portugueses e cabo-verdianos para a identificação das áreas carenciadas e do perfil dos potenciais formandos, de modo a planear os cursos profissionais adequados.</p>	<p>IPAD: Esse apoio na área da formação profissional mantém-se, essencialmente através do Programa Integrado de Emprego e Formação Profissional.</p>
<p>5. Desenvolver, através da concertação entre o Ministério da Educação, o IPAD e o ICA, uma estratégia integrada de apoio à Língua Portuguesa no exterior. Esta estratégia terá certamente nuances consoante os países. No caso de Cabo Verde, a aposta deverá ser na produção de documentação, materiais pedagógicos e legislação em português; na promoção de materiais de ligação ao crioulo (p. ex. gramáticas e dicionários), na distribuição de livros técnicos e científicos (p. ex. na Uni-CV) e na formação dos agentes da língua (professores, educadores, mediadores). A coordenação com o IILP, com sede na cidade da Praia, deveria ser promovida.</p>	<p>Instituto Camões: Após a transição do ensino básico e secundário (operada pelo PRACE) do ME para o MNE/IC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação/parcerias com o ME e editoras portuguesas para apoio à criação de editoras locais vocacionadas para a produção de materiais pedagógicos e livros técnicos e científicos adequados à realidade cabo-verdiana (coordenação do Min. Educação cabo-verdiano e Uni-CV) – Min. Finanças fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas (designadamente fiscais). - Parceria com Assembleia da República, Min. Justiça português e Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra (com tradição no ensino do Direito nos PALOP) para colaboração na produção de legislação, incluindo a distância. - Coordenação global do IC em articulação com o IILP 	<p>IPAD: A estratégia global para o reconhecimento da importância cultural, geoestratégica e económica da língua portuguesa no mundo já foi definida através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, de 16 de Julho, bem como através da criação do Fundo da Língua Portuguesa, que permitirá o apoio a PPA neste domínio.</p>
<p>6. Realizar uma avaliação das feiras do livro, que permita repensar o modelo e estrutura actualmente implementados, de forma a criar sinergias entre editoras dos dois países e potenciar o desenvolvimento do sector editorial e de distribuição cabo-verdiano;</p>	<p>Instituto Camões: Proposta de extinção das Feiras do Livro Português, a substituir pela criação e equipamento bibliográfico de bibliotecas escolares e municipais – parceria com MC/DGLB, FCG e outras entidades (incluindo editoras e livreiros).</p> <p>Parceria com Min. Finanças e Cultura cabo-verdianos, Associação de Escritores e editoras portuguesas para a criação de editoras locais (Min. Finanças português fundamental para criação de incentivos às editoras portuguesas, designadamente fiscais).</p> <p>Coordenação global do IILP e IPAD.</p>	<p>IPAD: Não foram, ainda, dados passos significativos para a implementação desta recomendação, tanto mais que as autoridades cabo-verdianas responsáveis por esta área continuam a insistir na realização da Feira do Livro. Considera-se que a disponibilização de livros técnicos e literários deveria ser feita junto das bibliotecas escolares e municipais, possibilitando, assim o acesso a essas obras por parte da generalidade das populações das várias ilhas.</p>

Capacitação Institucional

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
<p>1. Promover a inclusão de ações de reforço das capacidades locais e de desenvolvimento institucional nos programas de cooperação, de forma a promover progressivamente a apropriação, pelos cabo-verdianos, do seu processo de desenvolvimento (p. ex. na área da Saúde, reforçar as competências e infraestruturas locais em áreas-chave para poderem ser diminuídos os valores das evacuações médicas);</p>	<p>Instituto Camões: Criação de um Centro de Língua Portuguesa nas instalações da Uni-CV, como centro de recursos para variadas licenciaturas. Dotação das escolas secundárias das diversas ilhas com computadores ligados à Internet. Parceria com Min. Educação, MCES e empresas portuguesas de informática. Cursos específicos de LP para docentes e alunos de outras áreas, com recurso aos docentes de LP já formados pelo IC. Cursos específicos de LP para jovens e adultos inseridos no mercado de trabalho, com défice na LP, incluindo a distância.</p>	<p>IPAD: Esta tem sido um das preocupações centrais dos PPA apoiados pelo IPAD, cuja execução, numa percentagem muito elevada, é da inteira responsabilidade de entidades cabo-verdianas. Exemplos: Construção do Centro de Formação Profissional do Fogo/Brava; Instalação de uma Unidade de Hemodiálise.</p>
<p>2. Apostar numa visão integrada das ações de formação/capacitação, para assegurar a sustentabilidade dos resultados, ou seja, incluir as ações de curta duração em programas mais abrangentes que incluam outras componentes (p. ex. equipamento, outras assistências técnicas) que permitam às entidades cabo-verdianas dar continuidade aos conhecimentos adquiridos;</p>	<p>Instituto Camões: Inclusão da previsão de ações de formação em LP e de necessidade de equipamentos associados nos programas e projetos dos vários sectores económicos e sociais, de modo a que a capacitação em LP constitua uma área transversal à Cooperação Portuguesa.</p>	<p>IPAD: Trata-se de uma recomendação que tem sido progressivamente transmitida pelo IPAD junto dos diversos executores, no sentido de apostarem em ações de formação com carácter estruturante.</p>
<p>3. Investir na Justiça e na capacidade de proposição legislativa da administração pública em geral, uma vez que corresponde a uma mais-valia da CP e é fundamental face aos actuais desafios de Cabo Verde. Neste quadro, impõe-se a aposta em ações de média duração (por contraponto a formações de curta duração), e mais estruturantes, nomeadamente através de parcerias com outros doadores que permitam colmatar os constrangimentos financeiros.</p>	<p>Instituto Camões: Cursos específicos de LP para funcionários que trabalham nessas áreas, incluindo a distância.</p>	<p>IPAD: Na medida do possível tem sido a ser levada à prática esta recomendação, uma vez que os PPA da cooperação portuguesa incidem efectivamente na componente da capacitação da administração pública cabo-verdiana, tendo-se vindo a privilegiar, no caso dos PPA apoiados pelo IPAD, as ações que se afiguram ter um carácter mais estruturante, o que só é possível nas de média e longa duração.</p>

Serviços Sociais e Solidariedade

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Dar continuidade aos programas de apoio a grupos vulneráveis, reformulando os programas para que seja assegurada uma progressiva sustentabilidade dos mesmos em Cabo Verde.	Instituto Camões: Cursos específicos de LP para jovens e adultos com défice em LP. Cursos de formação em áreas culturais – parceria com MC e IEFP para cedência de formadores.	MTSS: - Sempre que possível e adequado criação de uma atividade paralela, mas autónoma para participação nas despesas dos projetos; - Instituição de uma norma de transferência gradual no novo programa assinado. A intenção é demonstrar o esforço de intervenção do estado cabo-verdiano neste tipo de projetos; - Capacitação das próprias entidades para poderem aceder a outros pacotes de financiamento que não apenas os do MTSS, para fomentar a não dependência exclusiva de apenas uma linha de financiamento. ³

3. Recomendações a Cabo Verde

RECOMENDAÇÕES	RESPOSTA DOS SERVIÇOS	SEGUIMENTO (1 ANO DEPOIS)
1. Assumir uma posição mais marcante no que toca à coordenação entre doadores.	Instituto Camões: Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFP cabo-verdianos para a harmonização da prestação da ajuda internacional.	-
2. Reforçar o processo de planeamento da cooperação com Portugal.	Instituto Camões: Diálogo entre o IC e os Min. Educação, Cultura, UNIV CV, ISE e IEFP para a planificação de um programa integrado de cooperação (internacional).	-
3. Reforçar a coordenação interna.	Instituto Camões: Identificação e responsabilização de 3 coordenadores institucionais cabo-verdianos para as áreas da Educação, Cultura e Trabalho.	-

³ Todavia, é importante relembrar que:

1. A palavra sustentabilidade pode ser aplicada sobre várias perspectivas. Neste caso a interpretação recaiu sobre a questão financeira.
2. As atividades e projetos apoiados pelo MTSS são genericamente áreas de despesa, ou seja, são áreas em que dificilmente existe sustentabilidade própria (apenas quando existe disponibilidade pública).
3. Acresce a este facto que os grupos de trabalho são na sua maioria grupos desfavorecidos a vários níveis, e com dificuldades de ter uma atividade verdadeiramente produtiva e que produza receitas.



Anexo 5 – APD, por Eixo e área de intervenção (2008-2010)

1 - Boa Governação, Participação e Democracia	7.180.917 €
1.1. Capacidade Institucional	2.858.608 €
1.1.1. Cooperação na Área da Justiça	698.105 €
Programa de Cooperação em Cabo Verde na Área da Justiça	181.984 €
Aquisição de equipamento de videoconferência para realização de ações de formação	11.184 €
Formação de Magistrados no CEJ	155.664 €
Assessorias Jurídicas / Técnicas - à Polícia Judiciária	83.109 €
Tribunal de Contas	9.208 €
Fortalecimento do Sistema Judiciário	238.336 €
Bolsas de Ensino Jurídico	15.620 €
Reformas legislativas - Identificação de meios alternativos de resolução de litígios.	3.000 €
1.1.2. Programa de Apoio na área da Saúde	239.434 €
Comissões de Serviço - Assistência Técnica do MS a Cabo Verde	16.479 €
IMVF - Projeto de consolidação e integração regional das redes de mutualidades de saúde da ilha de Santiago.	56.598 €
Plano de Ação Anual com a Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares	35.956 €
UCCLA - Vamos acabar com a "Dengue"	10.000 €
FAMI - Saúde Nós Comunidade	51.616 €
AMI - Formação dos técnicos de saúde locais - Ilha do Fogo	3.632 €
AMI - Saúde Escolar e Comunitária	53.112 €
Outras Intervenções	12.041 €
1.1.3. Programa de Apoio ao Ambiente	61.293 €
Sistema de Informação Climática e do Estado do Mar para Apoio ao Desenvolvimento Sustentado em Cabo Verde, (SICLIMAD - CV).	43.329 €
Apoio à participação de representante dos países beneficiários em reuniões internacionais sobre Ambiente	9.900 €
Casa do Mar e das Tartarugas Marinhas	199 €
Trabalho universitário voluntário	7.865 €
1.1.4. Cooperação na Área das Migrações	99.048 €
Gabinete de Apoio ao Migrante (CAMPO)	99.048 €
1.1.5. Outros	1.760.728 €
Planeamento e política económica e de desenvolvimento	356.433 €
Participação Democrática e Sociedade civil	181.223 €
Protocolos e Programas de Cooperação com Parlamentos homólogos e atividades desenvolvidas pelos Grupos Parlamentares de Amizade	44.319 €
Apoio ao processo eleitoral em Cabo Verde	111.364 €
Meios de Comunicação e Liberdade de informação	9.476 €



Cultura e Lazer	928.674 €
Reforço da Capacidade Institucional do Laboratório de Engenharia de Cabo Verde (LECV).	129.239 €
1.2. Finanças Públicas	732.865 €
Programa Integrado de Cooperação e Assistência técnica em Finanças Públicas (PICATFin)	602.137 €
Comissão do Acordo de Cooperação Cambial / Unidade de Acompanhamento Macroeconómico	130.728 €
1.3. Segurança Interna	2.459.615 €
Programa de Cooperação Técnico-Policial	2.459.615 €
1.4. Técnico-Militar	0 €
Programa de Cooperação Técnico-Militar	
1.5. Outras Intervenções	1.129.829 €
Comunicações	630.475 €
Bancos e Serviços Financeiros	328.901 €
Negócios e outros serviços	5.698 €
Agricultura	35.518 €
Serviços estatísticos	124.073 €
Política e Regulamentação Comercial e Ajustamento Relacionado com o Comércio	5.164 €
2 - Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	175.417.773 €
2.1. Educação	52.116.193 €
2.1. Ensino Secundário	827.453 €
PADES - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário	505.334 €
Apoio ao ensino secundário de Cabo Verde - Transporte de Livros	15.758 €
Recuperação do Liceu Domingos Ramos	300.000 €
Reabilitação da Escola Nossa Senhora do Monte	6.361 €
Ensino Superior	769.885 €
Programa de Apoio ao Ensino Superior	521.233 €
Apoio do município de Vila Franca de Xira a 15 bolsеiros oriundos de famílias pobres para frequência do ensino superior em Cabo Verde	25.030 €
Mestrado de Matemática aplicada às Engenharias	35.459 €
Curso de Licenciatura em Enfermagem e Complemento de formação em Enfermagem	188.163 €
Bolsas de Estudo	50.151.988 €
Programa de Bolsas de Estudo	2.761.988 €
Encargos com estudantes cabo-verdianos que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso.	47.355.000 €
CM Monção - Apoio à estada de alunos do município de Santa Cruz que frequentam a Ademinho (Escola Profissional do Alto Minho Interior)	12.000 €
CM Gondomar - Programa de apoio ao acesso ao ensino superior de estudantes cabo-verdianos e de acompanhamento e integração dos mesmos na comunidade (Geminacão Gondomar/Praia).	23.000 €



Intervenções do Instituto Camões	63.425 €
Outras Intervenções	303.442 €
2.2 Saúde	7.697.311 €
Prestação de cuidados médicos em Portugal – Evacuação de Doentes	7.472.311 €
Centro de Hemodiálise	225.000 €
2.2. Formação Profissional e Desenvolvimento Social	5.649.741 €
Projeto Integrado de Emprego e Formação Profissional em Cabo Verde	1.192.502 € ⁴
Centro de Formação Profissional do Fogo	498.685 €
Strengthening CV Capacity Manage Labour - FF 280	77.220 €
Reforço Institucional do IEFP	3.069 € ⁵
Cooperação com a Câmara de Maio em projeto de desenvolvimento social	25.000 €
Centro de Protecção Social Lém Cachorro	141.582 €
Centro Juvenil dos Picos	161.323 €
Centro Juvenil da Assomada	181.277 €
Reforço Institucional - Apoio aos Serviços do Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Segurança Social - GEP	23.345 € ⁶
Centro de Protecção Social de Chã de Matias ("Integrar para não entregar")	198.087 €
Apoio Solidário	1.500 €
IMVF - Projeto de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Santa Catarina, Ilha do Fogo.	18.465 €
Apoio da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande - Açores a Cabo Verde	4.700 €
Projeto Integrado de Desenvolvimento Comunitário de S. Pedro - Ilha de São Vicente	167.274 €
Projeto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário - Ilha de Santiago	634.452 €
Projeto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário - Ilha de Santo Antão	277.697 €
Projeto Integrado de Desenvolvimento Comunitário da Ilha do Fogo	138.950 €
Apoio a crianças e jovens em situação de risco - Ilhas de Santiago e do Sal	368.201 €
Plataforma ONGD Cabo Verde - Mesa Redonda	5.000 €
ACARINHAR – Apoio à Associação	36.276 €
Projeto Morabeza	120.000 €
IMVF - Programa de Micro projetos em Cabo-Verde.	21.928 €
Multisectorial/Transversal	1.169.983 €
Réplica da Torre de Belém	355.441 €
CM Loures - Protocolo de Geminação entre os Municípios de Loures e do Maio	96.163 €
Cooperação Intermunicipal	23.081 €

⁴ O MSSS apresenta dados divergentes dos do IPAD: 1 143 370 €

⁵ O MSSS apresenta valores divergentes dos do IPAD: 6 037€.

⁶ O MSSS apresenta valores divergentes dos do IPAD: 43 528€



Atividades de pesquisa do IICT	155.028 €
Fundo para Pequenos Projetos	118.361 €
Desenvolvimento rural	119.180 €
Bolsas INOV Mundus	110.980 €
Ajuda Humanitária	35.072 €
Outras Intervenções	156.677 €
Sector Privado	183.225 €
Projeto de cooperação no âmbito do Turismo	114.131 €
CIC - Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Calhau	2.348 €
INDE - Turismo Sustentável para a Ilha do Fogo	66.746 €
2.3. Infraestruturas	97.305.442 €
Modernização da Sinalização Rodoviária da Ilha da Boavista	2.500 €
Reabilitação da Estrada da Praia/São Domingos	8.926.721 €
Empréstimo de 100 MEUR para a construção e reabilitação de infraestruturas rodoviárias	41.857.746 €
Cooperação da APL com a Empresa Nacional de Administração dos Portos de Cabo Verde - ENAPOR	15.309 €
Aeroportos da Boavista e São Vicente	8.857.380 €
Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos de Cabo Verde	2.681 €
Reparação de Propriedades e Sistemas de Irrigação	32.455 €
IMVF - Projeto de Abastecimento de Água e Eco-saneamento na Ilha de Maio.	15.234 €
CM Arraiolos - Projeto de reforço do abastecimento de água	16.780 €
Requalificação da Zona Ribeirinha da Cidade da Praia	150.000 €
Energia	37.428.636 €
2.4. Linhas de Crédito	23.604.402 €
2.5. Ações relacionadas com a dívida	-10.955.316 €
3. Cluster da Cooperação Portuguesa em Cabo Verde	562.026 €
4. Apoio ao Orçamento	5.000.000 €
5. Custos Administrativos dos Doadores	822.491 €
5. Total APD (1+2+3+4+5)	188.983.207 €

Fonte: IPAD/DPP – Base de dados da APD.

Anexo 6 – Informação de suporte às questões da avaliação

Anexo 6A – DECRP – Eixos, vetores e objetivos estratégicos

Eixos	Objetivos estratégicos	Vectores
Eixo 1: Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade	Transformação do Estado com base na modernização da Administração pública e no reforço da Administração municipal Reforço da capacidade de gestão do desenvolvimento nacional, passando pela capacitação das instituições nas suas funções de seguimento e avaliação	Reforma da Administração pública – com adopção da gestão por objetivos num contexto de planeamento estratégico, Reforço do sistema judicial – continuidade do Plano Estratégico Reforma do sistema de gestão financeira do Estado – implementação de Planos de Ação. Continuidade da reforma do sistema orçamental, na base da abordagem de Orçamento-programa Descentralização – consolidação e aprofundamento do poder local, que possibilite e estimule a participação das populações
Eixo 2: Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos	Economia moderna e competitiva com vista à redução do desemprego para níveis inferiores a 10% e taxa de crescimento a dois dígitos	Compreende o conjunto das políticas globais, sectoriais e de natureza transversal, com impacto sobre a competitividade e o crescimento da economia. No quadro das políticas de natureza transversal, a política de emprego emerge com um papel central.
Eixo 3: Desenvolver e valorizar o capital humano	Sociedade de conhecimento para a inovação, qualificação e emprego e novas tecnologias de informação que conduzam à qualificação do capital humano. Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com a criação de mais espaços de participação, como ganhos da democracia i i) o desenvolvimento do capital humano e a orientação do sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento e ii) a promoção de uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade	Melhoria do sistema educativo e reforço da formação profissional. Alargamento do pré-escolar; imprimir qualidade a todos os níveis de ensino; promover o acesso ao ensino secundário de forma a elevar o nível geral de educação da população Na formação profissional, garantir as ferramentas necessárias permitindo uma adequada inserção na vida activa. Reforço das instituições de ensino superior (IES); avaliação das IES em CV; abertura de novos cursos nas instituições nacionais de ensino superior em CV e sua valorização na política de bolsas de estudos O aumento da oferta formativa no Ensino Técnico/Formação Profissional nas escolas técnicas Desenvolvimento dum sistema de formação profissional que permita melhorar a <i>empregabilidade</i> da mão-de-obra cabo-verdiana Melhoria do acesso dos pobres aos serviços de saúde
Eixo 4: Melhorar e desenvolver as infraestruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente	Desenvolvimento regional e coesão territorial.	Desenvolvimento das infraestruturas de transportes: rodoviários, aéreos e portuários, telecomunicações bem como das infraestruturas sociais: Promoção habitacional Requalificação urbana Saneamento básico Desenvolvimento do sector energético Conceber e implementar uma abordagem nacional de ordenamento do território Proceder ao ordenamento dos espaços urbanos e rurais, das bacias hidrográficas, das zonas turísticas, da orla costeira e dos parques industriais
Eixo 5: Melhorar o sistema de protecção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade	Solidariedade social com vista à redução da pobreza	Continuação da Reforma do Sistema de protecção social, com o objetivo de proteger as camadas mais vulneráveis da população e a redução da pobreza. Reforço da articulação entre as políticas de protecção social e as demais políticas sociais.

Fonte: Elaborado a partir do DECRP I e II.



Anexo 6B – PIC 2008-2011 – Eixos, objetivos estratégicos e projetos

Eixos	Áreas de intervenção / Objetivos	Instrumentos/ações
Eixo I – Boa Governança, Participação e Democracia	Capacitação institucional , com o objetivo de apoiar o Governo na implementação de medidas de modernização da administração pública cabo-verdiana.	Assistência técnica Formação profissional Assessorias técnico-jurídicas Trust Fund do PNUD PIR PALOP II para o sector da justiça
	Finanças Públicas , com o objetivo de (i) apoiar o Governo na sua política de consolidação do rigor orçamental e financeiro, dando continuidade ao ACC; (ii) contribuir para a capacitação dos serviços na área das Finanças Públicas, assegurando a transferência de conhecimentos técnicos adequados	Acordo de Cooperação Cambial PICATFin
	Segurança interna , com o objetivo de otimizar o funcionamento interno da Polícia Nacional, elevar o nível de formação técnico-profissional e cultural do seu quadro de pessoal, promover a modernização técnica, logística e infraestrutural	Formação, em Cabo Verde e Portugal Assessoria técnica Capacitação institucional
	Justiça , com o objetivo de apoiar na consolidação do Estado de Direito, da Democracia e do respeito pelos Direitos Humanos, tornando o sistema judiciário mais eficaz, justo e equitativo, contribuindo para uma mudança estrutural no sector da justiça, mediante ações de cooperação institucional e assistência técnica, eminentemente vocacionadas para a qualificação e capacitação dos recursos humanos cabo-verdianos, através de formação e assessorias, no quadro das reformas legislativas, das Magistraturas Judiciais e do Ministério Público, dos Registos, Notariado e Identificação, Serviços Penitenciários e Reinserção Social, Polícia Judiciária, Medicina Legal, Resolução Alternativa de Litígios, Informatização, oferta de equipamentos e apoio bibliográfico e documental.	Missão de longa duração de assessoria À PJ de Cabo Verde Capacitação Institucional Formação em Cabo Verde e em Portugal
	Técnico-militar , com o objetivo de (i) garantir eficácia acrescida nos processos de estabilização interna, de construção e consolidação do Estado de direito e (ii) participar na capacidade do Estado garantir níveis de segurança compatíveis com os princípios da democracia, boa governação, transparência e Estado de direito.	Apoio técnico Formação e Instrução Militar Assessoria jurídica Reforço das capacidades organizacionais Apoio material
Eixo II – Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	Educação , com o objetivo central de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino secundário, através da melhoria da qualidade na vertente pedagógica, com especial ênfase nas áreas das tecnologias e das ciências. Quanto ao ensino superior, o objetivo é contribuir para o seu desenvolvimento e consolidação, através de ações de apoio à gestão e ao desenho curricular dos cursos, da promoção da qualidade dos cursos da Uni-CV, ao nível de graduação e pós-graduação. São também objetivos a prosseguir ações de difusão e valorização da língua portuguesa e a capacitação institucional em todos os subsistemas de ensino.	Cooperação técnica Estabelecimento de parcerias para a gestão e formulação de currículos e para o desenvolvimento de mestrados e pós-graduações Concessão de bolsas Formação contínua de professores de língua portuguesa
	Formação profissional , com o objetivo de dar continuidade ao apoio à concretização da política de formação profissional e emprego definidas pelo Governo cabo-verdiano.	Programa de natureza sectorial: Capacitação Institucional Apoio à implementação de ações de formação profissional Promoção da inserção profissional nos cursos Apoio à criação de microempresas Apoio à melhoria das infraestruturas do IEFP-CV Construção e equipamento do Centro de Formação



		(Fogo/Brava)
	Desenvolvimento social , dando continuidade ao apoio no combate à pobreza, com o objetivo de (i) contribuir para o alargamento da capacidade de resposta dos serviços sociais; (ii) capacitar as populações visando elevar os níveis de qualificação profissional; (iii) melhorar as condições habitacionais das populações e (iv) reforçar a capacidade institucional dos organismos que operam na área da protecção social.	Programa de natureza sectorial, cujos projetos a implementar terão como parceiros a sociedade civil, nomeadamente ONG.
	Infraestruturas , com o objetivo de contribuir para a criação das condições para prosseguir com o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde	Linhas de crédito
Eixo III – Cluster da Cooperação	Intervenção integrada assente nas novas tecnologias, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento sustentado e criar sinergias entre vários agentes.	Atlântico – cluster da cooperação
Apoio directo ao Orçamento	Para além dos 3 eixos, a inclusão desta nova modalidade de cooperação visa contribuir para uma abordagem comum de ajuda orçamental entre o Governo de Cabo Verde e os parceiros de desenvolvimento.	

Fonte: Elaborado a partir do PIC Portugal – Cabo Verde 2008-2011.

Anexo 6C – Formação no âmbito da CTP (2008-2010)

	2008		2009		2010		2011		Total		Taxa de execução
	P	R	P	R	P	R	P	R	P	R	
Ações de formação	16	15	7	8	7	7	9	10	48	48	100%
Assessorias	3	4	2	1	3	6	7	7	15	18	120%
Estágios	1	1	1	1	2	2	2	2	8	8	100%
Cursos de licenciatura	2	2	2	1	2	2	2	2	10	9	90%
Apoio logístico	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	100%
Apoio bibliográfico/ informático/ outro	1	1		1					2	3	150%
Equipamento e material operacional	1	1	1	1		3	1	1	5	8	160%

Fonte: MAI-PT. P- Previsto; R- Realizado

Anexo 6D – Formação no âmbito da Polícia Judiciária (2008-2010)

	2008	2009	2010	Total
Nº de ações de formação	15	5	7	27
Nº de formandos	130	25	57	212

Fonte: PJ-CV.

Anexo 6E – Apoio na área do Emprego e Formação Profissional

	2008		2009		2010	
	Ações	Nº de formandos	Ações	Nº de formandos	Ações	Nº de formandos
Qualificação profissional	15	245	15	257	14	227
Aprendizagem tradicional	2	36	2	36	0	0
Iniciação profissional c	2	32	2	32	3	48
Formação Profissional contínua	6	107	9	146	7	124
FIVA/ACPE	2	40	2	32	1	20
Total	27	460	30	503	25	419

Fonte: IEFP-PT, 2011.



Anexo 6F – Apoios concedidos pelo ex-MTSS português

Projeto	Executor	Destinatários	Objetivo Global
Apoio a crianças e jovens em situação de risco			
Centro Juvenil da Assomada	Fundação Padre Luís Allaz/ICCA	40 crianças e jovens do sexo feminino, em situação de vulnerabilidade social	Promover a proteção, integração e reinserção familiar e social de crianças e de adolescentes em situação de risco e/ou exclusão social
Centro Juvenil dos Picos	Fundação Padre Luís Allaz/ICCA	30 crianças e jovens do sexo masculino, em situação de vulnerabilidade social	
Centro de Proteção Social Lém Cachorro	Fundação Padre Luís Allaz/ICCA	80 crianças e jovens de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social	
Centro Juvenil Chã de Matias	Associação Chã de Matias/ICCA	100 crianças e jovens de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social	
Desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde			
Desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde – ilha de Santiago	CITI-HABITAT	Comunidades carenciadas	Contribuir para a melhoria gradual das condições de vida das comunidades abrangidas, na luta contra a pobreza, através de atividades no domínio social, económico e ambiental
Microcrédito	SOLMI	Comunidades carenciadas	Contribuir para a melhoria das condições de vida e bem-estar das famílias e grupos sociais mais desfavorecidos
Desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde – ilha de Santo Antão	Associação Dragoeiro	Crianças em idade pré-escolar e idosos em situação de carência	Melhorar as condições de vida da população do Paul, intervindo nas áreas do pré-escolar e terceira idade
Desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde – ilha de S. Vicente	Atelier Mar	Comunidades carenciadas de S. Pedro e Salamansa	Promover o desenvolvimento integrado de S. Pedro e Salamansa e reduzir o número de pobres
Desenvolvimento sociocomunitário em Cabo Verde – ilha do Fogo	OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde	Crianças de zonas rurais em idade pré-escolar; famílias carenciadas sem habitação; idosos em situação de carência	Melhorar as condições de vida de famílias do concelho de S. Filipe, intervindo nas áreas do pré-escolar, habitação social e terceira idade.

Fonte: GEP, MSSS, 2011.

Anexo 6G – Solidariedade Social com Cabo Verde – número de beneficiários diretos

	2008	2009	2010	2011*
Crianças e jovens em regime de internato	59	62	63	68
Crianças e jovens em regime de externato, incluindo o fornecimento de refeições	325	355	361	372
Idosos em Centros de Dia	95	96	110	276
Apoio domiciliário a idosos	-	-	-	32
Jovens e adultos em ações de formação/capacitação profissional	49	241	254	388
Apoio social à educação/formação	35	34	219	89
Equipamentos sociais apoiados	7	9	9	11
Postos de trabalho apoiados	89	92	93	99
Microcrédito	149	93	38	-
Construção de habitação social	10	-	12	-
Processos de melhoria habitacional em casas	41	91	138	-
Instituições da sociedade civil	9	8	7	7
Organismos públicos	-	1	1	1

Fonte: GEP, ex-MSSS, 2011. * Números provisórios.

Anexo 6H – Programa de cooperação entre o MTSS e o MTFPSS – resumo dos beneficiários - atividades regulares e irregulares - por escalão etário e por ano

Escalão etário	2008	2009	2010	Total
0-2	723	740	751	2214
3-5	1 427	1 493	2 215	5 135
6-9	1 845	1 936	9 557	13 338
10-11	2 338	2 448	5 376	10 162
12-14	2 970	3 141	7 791	13 902
15-17	3 294	3 454	8 571	15 319
18-24	5 125	5 348	22 044	32 517
25-49	14 492	14 942	37 235	66 669
50-64	3 128	3 200	4 066	10 394
65-79	956	1 015	1 277	3 248
80 e +	387	397	419	1203
Não identificado	1 022	1 264	839	3125
Total	37 707	39 378	100 141	177 226

Fonte: GEP, MSSS, 2011.

Bibliografia

- Aid Flows, http://www.aidflows.org/CV_Beneficiary_View.pdf
- Banco de Portugal, 2011, Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2010/2011, http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/00_EEPTL_2011.pdf
- http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/04_CVerde Txt.pdf
- Banco Mundial – World Development Indicators 2011: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- CES, 2011, Avaliação da Cooperação no Sector da Justiça (2000-2009) aos PALOP http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Avaliacao%20e%20Auditoria%20Interna/Documents/Relatório_Final_IPAD_15_02_2011.pdf
- CPLP, 2011, *Metas de Desenvolvimento do Milénio. Segundo Relatório de Progresso*, http://www.cpf.org.pt/docs/RELATORIO_PROGRESSO%20DOS_ODM_NA_CPLP%202011.pdf
- Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento*, 2005, <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>
- Governo de Cabo Verde, *Parceria Especial UE-Cabo Verde*. http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf
- ICCA, 2011, *Relatório de Avaliação/Balanço do PIC 2008-2011 com Portugal*.
- IEFP CV, 2011, *Estudo de Impacto da Formação Técnico Profissional em Cabo Verde. Apresentação dos Resultados definitivos*. (documento policopiado)
- INE CV, 2010, Censo
- IPAD, 2005, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EstrategiaCooperacao/Documents/Visao_Estrategica_editado.pdf
- IPAD, 2009, *Autoavaliação de Portugal para a implementação do Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão de tarefas na política de desenvolvimento*. http://www.ipad.mne.gov.pt/CooperacaoDesenvolvimento/AjudaPublicaDesenvolvimento/Documents/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf
- IPAD, 2010, *Programa de Cooperação Técnico-Policial Portugal – Cabo Verde, (2007-2009). Avaliação a Meio Percurso*, http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Avaliacao%20e%20Auditoria%20Interna/Documents/Aval-Coop-TecPol_CV.pdf
- OCDE, 2011, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 2005-2009*, Paris.
- OCDE, BAfD, 2011, *Perspectivas Económicas em África*
- OCDE, vários anos, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries*, Paris.
- OMS – World Health Statistics 2010 e 2011: http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/en/index.html
- OMS/UNICEF – Joint Monitoring Program for Water Supply and Sanitation: <http://www.wssinfo.org/data-estimates/table/>
- UNESCO – Institute for Statistics: http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=143&IF_Language=eng
- UNICV, 2012, *Uni-CV. Universidade em Rede*. Apresentação feita no Encontro com a Delegação da BSU, 5 de Janeiro de 2012.